
SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Água, proposta pela nobre deputada Fátima Nunes.

Convido para compor a Mesa a nobre deputada Fátima Nunes, proponente desta sessão; o Sr. Coordenador do Instituto Regional da Pequena Agropecuária, José Moacir dos Santos; o Sr. Superintendente de Meio Ambiente da Embasa, Júlio Mota; o Sr. Diretor de Operações da Cerb, Jorge Farias; o Sr. Coordenador do Sindae, Adilson Bonfim de Aquino; o Sr. Coordenador Adjunto do Fórum Nacional de Bacias Hidrográficas, Almacks Luiz Silva; o Sr. Representante do Movimento Paulo Jackson - Comissão Paroquial Territorial de Meio Ambiente do Oeste e Sudoeste Baiano, padre Osvaldino Alves Barbosa; a Srª Coordenadora do Asa da Bahia, Cleuza Alves da Silva; e o Sr. Secretário do Meio Ambiente de Lauro de Freitas, Vidigal Cafezeiro, representando a Prefeita Moema Gramacho.

Agora, ouviremos a Srª Maraísa Nogueira, revelação no Festival Anual de Canção Estudantil, projeto da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. (Palmas)

A Srª Maraísa Nogueira:- Bom-dia, antes de cantar as canções, falarei um pouco sobre a água. Fiz um texto no qual falo sobre a importância da água:

(Lê):- “Além dos já existentes problemas, outro que pode ser sucedido são conflitos internacionais em função da busca e domínio da água do nosso planeta, pois apenas alguns países possuem a maior parte dessa água potável, como é o caso do Brasil. Se antes você só ouvia falar em guerra por petróleo, agora a água se tornará também alvo de disputas.

Segundo cientistas, estamos passando por uma crise sem precedentes e é provável, sim, que acabe ou diminua consideravelmente a água potável, ou seja, aquela que é vital para o equilíbrio do planeta.

Realmente, as pessoas precisam se tocar de que a água que existe não é infinita.

O pior é que passamos nas ruas e ainda vemos pessoas lavando carros e calçadas com mangueiras, e crianças brincando com água. Até parece que estão usando algo sem valor.

A única coisa de que eu tenho medo é que quando essas pessoas se tocarem do mal que estão fazendo, seja tarde. Mas sabem o que é pior? Na maior parte dos casos, são pessoas mais velhas que desperdiçam. Então, para elas não fará diferença alguma.

É por isso, que nós, os jovens que seremos os prejudicados, temos que aproveitar as brechas para alertar sobre o tesouro que está indo, literalmente, para o esgoto.

Vejam só a que ponto tivemos que chegar para dar valor a uma coisa que parecia tão boba, não é?

O Planeta teve de entrar em crise para chamar a atenção do mundo todo para problemas que antes nunca paramos para pensar.

Só espero que consigamos preservar e recuperar tudo o que já perdemos para não desencadearmos mais uma guerra.”

Agora, cantarei para vocês a música “Terra Planeta Água.”

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Terei de me retirar, tendo em vista que assumi um compromisso anteriormente, mas, antes de sair, gostaria de saudar a deputada Fátima Nunes, do PT, por propor esta sessão em homenagem à água.

Convido Júlio Rocha, do Ibama, aliás, do Ingá, para compor a Mesa.

Pois bem, parabenizo a deputada Fátima Nunes e todos os presentes. É uma satisfação muito grande participar desta sessão, até porque tive uma vida profissional relacionada à água. Fui estagiário da Embasa e cheguei à presidência daquela empresa, portanto, tenho uma vinculação profissional muito grande com a água, principalmente com o sistema de abastecimento de água da Bahia.

Na realidade, estou deputado provisoriamente, mas quando deixar esta função, neste ou nos próximos mandatos, com certeza vou voltar para a minha profissão de origem, visto que me formei em Engenharia Civil e tive como especialidade a água. Digo aos que fazem a Embasa, a Cerb, enfim, todas as empresas envolvidas com o sistema de abastecimento de água, que a água é vida e sem ela não somos nada.

Aliás, um amigo meu me disse que a gente só dá o valor à água quando ela falta. Você, Fátima, que é uma militante política criada na zona rural, conhece desde criança a importância da água. E este é um momento especial para mim por estar presidindo esta sessão. Afinal de contas, poucos dão valor à água; somente os que atuam na área e os que trabalham e vivem na zona rural têm noção da sua verdadeira importância. Quando uma pessoa coloca uma lata de água na cabeça, com certeza ela sabe da importância da água.

Água é tudo, água é vida. É, sem dúvida nenhuma, a sobrevivência do Planeta e, em especial, do cidadão.

Convido o deputado Álvaro Gomes para presidir os trabalhos enquanto a deputada Fátima Nunes utiliza a tribuna, visto que ela é a proponente desta sessão.

Registro a presença do nobre deputado Pedro Alcântara. Convido para a Mesa o nobre Gugê, do INCRA, meu amigo que prestigia esta sessão especial da Assembleia Legislativa, que é uma Casa política, a verdadeira Casa do Povo. Afinal de contas, todos aqui são representantes da população, cada um com sua vinculação e seu pensamento político, mas todos com um único objetivo: servir à Bahia.

Parabéns a Fátima e a todos vocês que estão aqui presentes. Ao passar a presidência ao deputado Álvaro Gomes, concedo a palavra à nobre deputada Fátima Nunes para fazer a sua saudação. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Parabéns a Fátima e a todos vocês que estão aqui presentes.

Ao passar a presidência ao deputado Álvaro Gomes, concedo a palavra à nobre deputada Fátima Nunes para fazer a sua saudação. (Palmas)

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todos e a todas.

Faço uma saudação especial ao nosso presidente, deputado Marcelo Nilo, que fez questão, mesmo tendo compromissos, de estar presente à sessão, abrir e presidi-la, certamente com todo o compromisso com os trabalhos desta Casa, que, na verdade, tem recebido, desde o período que iniciamos essa legislatura, vários movimentos sociais: a luta da terra, da água, da agricultura familiar, da coordenação de mulheres. Enfim, estamos vivendo um tempo novo da Bahia. Portanto, essa sessão só faz reforçar... e certamente, com as contribuições da valiosa Mesa que temos nesse momento, teremos mais ainda a possibilidade de nos enriquecer para melhorar o nosso Estado e consequentemente o nosso País.

Quero saudar o deputado Álvaro Gomes, o primeiro a chegar ao Plenário para prestigiar esse evento tão importante; o nosso companheiro do IRPAA, José Moacir, e saudá-lo pela presença; o nosso superintendente da Embasa, Dr. Júlio Mota; o nosso diretor de operações da Cerb, Jorge Farias; o nosso coordenador do Sindae, Adilson Bonfim; o coordenador adjunto do Fórum Nacional de Bacias Hidrográficas, Almacks, um sócio-ambientalista; o representante do movimento Paulo Jackson e da Comissão Territorial do Meio Ambiente, padre Osvaldino Alves; a coordenadora e companheira de caminhada, Cleusa, da Caritas; o secretário do Meio Ambiente de Lauro de Freitas, Dr. Vidigal, representando a prefeita Moema Gramacho; o Dr. Júlio Rocha, cuja presença a gente estava ansiosa aguardando, ele chegou, e agradeço-o pela presença; o superintendente do INCRA, Dr. Luís Gugê.

Na verdade, no Plenário desta Casa, hoje, há representantes de todo o Estado da Bahia: do poder público, dos diversos órgãos estaduais e alguns órgãos municipais, da sociedade civil organizada, seja sindicatos, associações, seja de grupo de mulheres – está ali o vice-prefeito de Pombal, nosso companheiro Dr. Jairo; de órgãos federais, como o DNOCS, os nossos companheiros Chico e Tinho. Enfim, repito, temos aqui representantes de todas as regiões da Bahia: do Litoral Norte, do Sertão mais alto de Jeremoabo, do Sudoeste, da região Metropolitana, do portal de Feira de Santana. Por isso, reafirmo que temos aqui representantes de todas as regiões.

Quero saudar também o deputado Pedro Alcântara. Certamente sexta-feira é dia de compromissos nas regiões em que ele faz seu trabalho político, mas fez questão de estar presente à nossa sessão, representando a região do São Francisco.

Na verdade, entendo que a água é a vida, é a fonte da vida. E precisamos compreender... e acho que as palavras da nossa cantora Maraísa, a quem saúdo – assim como a todos os jovens que participaram desse festival de Uauá –, do qual foi vencedora representando o sertão, a cidade de Uauá, e a sua acompanhante, a professora, que veio também, nesses dois dias, para que ela estivesse presente aqui.

Pois bem, acredito que, nas palavras da canção dela e no dia a dia daquilo que a gente percebe, podemos entender duas coisas: primeiro, que o ser humano e os demais seres vivos não podem viver sem água. Por isso, temos que garantir o acesso à água a todas as populações e, junto com isso, a todo tipo de água, seja a captada da chuva para as cisternas, os tanques, as aguadas, os açudes ou as barragens. E também a água que vem dos lençóis freáticos através da perfuração. Aí eu saúdo todos os trabalhadores

profissionais da Cerb e da Embasa, que no dia a dia se espalham nesse sertão afora e nesse litoral, com a sua sabedoria, a sua inteligência e o seu conhecimento científico, colocando a água para jorrar e abastecer as populações. Além de aproveitarmos também as águas dos rios através das barragens, como a de Livramento - também saúdo os companheiros daquela região -, entre outras que temos esparramadas nesta nossa Bahia.

Garantir o acesso à água é uma coisa que a gente não pode esquecer nem deixar de lutar, porque nada há mais saudável para nós, principalmente nós políticos, do que conquistar a vitória de tirar a lata d'água da cabeça, sobretudo da cabeça das mulheres, porque quem mais carrega água na cabeça ou no balde, quando falta em casa, são elas.

Alegra-nos muito poder, neste momento em que vivemos a grandeza de ter eleito o presidente Lula e o governador Wagner, fazer com que todos abracem o Programa Água para Todos. Esta é uma satisfação: garantir que água limpa e de qualidade possa chegar a todas as pessoas. Junto a isso, não podemos deixar de fazer a segunda parte: cuidar para que essa água seja para sempre.

Cuidar da água para sempre envolve os vários aspectos do meio ambiente, desde os cuidados tradicionais até os científicos e tecnológicos, que vêm se transformando em ações do poder público, como o Programa Monitora, do Ingá. Sei que o secretário irá falar sobre isso. Mais importante ainda: tanto o acesso à água, como os cuidados, a preservação e o combate ao desperdício não se fazem mais apenas por ordens do chefe ou como troca de favores, como acontecia em épocas passadas. Agora são feitos com a participação popular e o debate público, como está sendo feito pela Secretaria do Meio Ambiente e seus órgãos, IMA e Ingá, quando espalha, através do Territórios da Cidadania, as conferências para elaborar a Lei de Educação Ambiental. Então é preciso fazer com que as leis não sejam apenas leis mortas, escritas em papel, mas sim leis construídas pela população e, desse modo, assumidas por ela própria para que o dinheiro público possa realmente servir ao público.

Quero encerrar minhas palavras agradecendo imensamente a todos e a todas que deixaram outras atividades para estar aqui. Da terra da água, Dias D'Ávila, está ali nossa companheira Rosângela.

Nós trabalhamos para conquistar o voto, ter o poder e um mandato, sobretudo as mulheres, que ainda são tão poucas nesta Casa e no poder no Brasil. E queremos conquistar o poder. Mas, além disso, precisamos transformar e fortalecer mais ainda os conceitos de cidadania e desenvolvimento sustentável para que de fato a Bahia e o País possam ser de todos nós.

Acredito que este debate tem o seguinte foco: entendermos um tema tão precioso. Precisamos estar no dia a dia passando estes ensinamentos, estas lições e orientações à nossa sociedade para que juntos nessa parceria possamos ter água para todos e água para sempre.

Muito obrigada.

Vamos ouvir os nossos oradores da Mesa. Agradeço imensamente a todos aqueles que deixaram outras atividades. Não é fácil dia de sexta-feira, é um dia que aqui na Casa os trabalhos são mais voltados para as ações no interior. Todo parlamentar tem ação voltada para o interior. Hoje estamos tendo em três territórios da Bahia o debate sobre o planejamento do território, inclusive no meu, o Semiárido Nordeste II,

mas compreendemos a importância de referenciar o Dia Mundial da Água e de trazer este debate para esta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Assistiremos à apresentação musical da cantora Maraísa Nogueira, com a música de sua autoria *Xote Ecológico e Salve o Planeta*.

(Apresentação musical) (palmas)

A Sr. Maraísa Nogueira:- Não poderia deixar de cantar para vocês a canção composta por mim, *Salve o Planeta*, que me fez participar do FACE, 1º Festival Anual da Canção Estudantil, ganhando em 1º lugar na regional, e aqui como cantora revelação. Sou estudante do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Uauá-BA.

(Apresentação Musical)

(Palmas)

A Srª Maraísa Nogueira:- Muito obrigada.

Queria agradecer também a Luciano Bahia, ele que tocou para mim aqui e foi diretor artístico do FACE, I Festival Anual da Canção Estudantil. Muito obrigada, Luciano.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Maraísa Nogueira é a revelação do Festival Anual da Canção Estudantil, projeto da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Quero parabenizar o talento de Maraísa, espetacular o *show* apresentado aqui. A Assembleia Legislativa se sente muito honrada com a participação de Maraísa. Parabéns e muito sucesso, você tem um futuro grande pela frente.

(Palmas)

Queria passar a Presidência à nobre deputada Fátima Nunes, que é a proponente desta sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Água. Portanto passo a Presidência e ao mesmo parabenizo por essa iniciativa importantíssima. A Assembleia Legislativa não poderia deixar de discutir um assunto tão importante quanto esse. Portanto passo a Presidência à deputada Fátima.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Na verdade, temos aqui uma Mesa bastante importante com muitas mensagens para nos transmitir nesta manhã. Temos o deputado Pedro Alcântara, que pediu inscrição, não sei se ele tem um tempinho para ouvir mais um orador. V.Exª, deputado, que fazer agora uso da palavra? Fica a critério? Então, vamos assistir a um vídeo institucional que a nossa Agecom nos ofereceu para esta sessão de hoje. Vamos ter essa oportunidade de assistir ao vídeo sobre “Água para Todos.”

(Exibição do vídeo.)

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Parabenizamos os companheiros da Embasa, que produziram muito bem essa homenagem. Vamos agora registrar a presença da Drª Nolita Cortizo Narciso, coordenadora do Programa de Meio Ambiente da SET, presente aqui conosco, do representante do Comando da 6ª Região Militar, o coronel Elídio Wagner Lopes, assessor parlamentar da 6ª Região Militar, representando

o secretário de Combate à Pobreza, Valmir Assunção, o Sr. Danilo César Torres Chaves; Célio Costa Pinto, superintendente do Ibama, muito obrigada pela participação, Ciomara Paim Couto, analista ambiental, O Sr. Marcondes, coordenador da SET, presente aqui conosco, Eduardo Nascimento, diretor de planejamento do IRDEB, Júlio César de Arruda, comandante da Escola de Administração do Exército, que enviou aqui o seu representante, Orlanche Sodré Rocha. E para dar início às falas da Mesa, são muitos os presentes, então vamos registrando cada grupo.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vamos ouvir agora o diretor do Ingá, Dr. Júlio Rocha.

O Sr. JÚLIO ROCHA:- Bom-dia a todos os presentes, deputada Fátima, queria, em nome do governo da Bahia, registrar a importância desta sessão, que não poderia partir de outra pessoa que não V.Ex^a, pela sua competência, sua afinidade com o tema da água, sua responsabilidade política e seus compromissos históricos com as comunidades do Semi-árido baiano. Inclusive, foi relatora do processo de empréstimo do SWAP, um dos projetos mais importantes deste Estado e que vai viabilizar obras estratégicas do ponto de vista da acessibilidade a água nos próximos anos, e como relatora desse projeto tem tratado com bastante sensibilidade o tema.

Em nome do governo do Estado, quero fazer o registro da importância dessa sessão. Quero, da mesma forma, saudar o companheiro sindicalista, homem que dialoga com os movimentos sociais e tem sensibilidade com o tema, deputado Álvaro Gomes; da mesma forma, saúdo o deputado Pedro Alcântara, de Juazeiro e região, com votação expressiva e, com relação às bases, que tem direta relação com a água. Quero também saudar os membros da Mesa, os colegas de governo e os representantes dos movimentos sociais presentes.

Vou ser breve, porque acho que o grande sentido é fazer o diálogo e possibilitar que as pessoas possam participar. Cheguei há poucos dias de Istambul, do Fórum Mundial da Água, ocorrido de 16 a 22 de março. Trinta mil pessoas se reuniram na Turquia para discutir o tema da água, que é, hoje, mundial. O tema da água pode garantir a perspectiva de futuro, desenvolvimento e afirmação das comunidades ou pode significar conflitos de diversas ordens. Aliás, dos conflitos, hoje, preconizados pela ONU para até 2025, um dos temas mais centrais é a água.

Aqui, temos na Mesa o presidente do Comitê da Bacia do Salitre, uma região importante, que é o Almacks. Conflitos existem em nosso próprio Estado, situações graves existem em nosso próprio Estado. A situação, hoje, da região de Salitre é delicada. Livramento e Dom Basílio, uma região importante, que, aliás, como 69% do nosso Estado, estão na região do Semi-árido, têm problemas de escassez hídrica.

E o tema, portanto, da acessibilidade... Fui para a Turquia para divulgar o Programa Água Para Todos em nome da Embasa, da Cerb, da Sedur e da Sema do governo da Bahia. Meus colegas de governo vão ter a oportunidade de dizer, quase 1 milhão e 700 mil pessoas se garantem com o Programa Água Para todos. Na acessibilidade a água, precisamos avançar mais. Esse é o desejo do governador do Estado: que todos tenham acesso a água, é um direito fundamental.

Em Istambul, essa foi uma discussão colocada. A Declaração dos Direitos da Água já aponta a água como direito fundamental da pessoa, e existe uma discussão no seio da ONU desse direito a água ser incorporado entre os direitos sociais, econômicos

e culturais. Portanto, é um tema fundamental, mas precisamos avançar.

O Programa Água Para Todos trabalha a diversidade do ponto de vista da acessibilidade, por isso que a Cerb perfura poços como ninguém, por isso que a Embasa leva a água às zonas urbanas, por isso que as diversas secretarias de Estado, como a Sedes, trabalham em situações emergenciais a acessibilidade e a garantia da água, mas precisamos assegurar que o meio rural e o meio urbano possam ter acesso a água e ao saneamento.

Um dos temas mais sérios no mundo, hoje, é a escassez, e outro é a qualidade da água. O Programa Monitora, que é um dos programas centrais desse governo, lançado pelo governo do Estado em 2007, tem monitorado a cada 3 meses a qualidade dos nossos rios. E a nossa situação não é simples.

O Monitora, no seu primeiro relatório anual, aponta que onde há centros urbanos temos diminuição significativa da qualidade dos nossos rios. Ou seja, existe uma perda da qualidade dos rios associada à perspectiva do tratamento do esgoto, e essa tem sido uma preocupação da Empresa Baiana de Água e Saneamento, e tem sido uma preocupação do próprio sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

No próximo dia 30 de março, o conselho vai-se reunir e, pela primeira vez na história da Bahia, Sr^a Presidente, Fátima Nunes, vamos utilizar um instrumento fundamental na política das águas que é o enquadramento dos corpos d'água. O primeiro rio da Bahia, o Rio Subaé, vai ser enquadrado com metas progressivas, e vai significar a possibilidade de despoluição de um rio simbólico, que já foi cantado em versos e canções. Será o primeiro de uma série de rios que vamos enquadrar através dos comitês de bacias, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para que possamos fixar metas progressivas para os setores dos diversos usos, inclusive o de saneamento, e devolver para o rio uma água de melhor qualidade, da situação do próprio rio.

Então, um dos desafios nossos que o monitorio tem apontado é que a poluição hídrica é muito grande. Em rios de maior vazão existe a capacidade maior de diluição dos efluentes, e em rio de menor vazão... E cito a presença aqui do secretário de Lauro de Freitas. A situação, hoje, da Região Metropolitana é delicadíssima, porque são rios de pequena vazão recebendo efluentes sem o devido tratamento. O esforço das prefeituras, como a de Lauro de Freitas, a de Camaçari, somado ao esforço da Empresa Baiana de Água e Saneamento, é para avançar, com isso passamos a ter na Bahia, e no Brasil, e essa é uma situação nacional, níveis melhores e qualidade dos nossos rios.

Como novidade, Sr^a Presidenta, o monitorio vai continuar a fazer o monitoramento contínuo e sistemático dos nossos rios. Vai chegar a esta Casa, Sr^a Presidenta, demais deputados da Situação, relatórios da situação hídrica de cada rio do Estado, de cada região de planejamento de gestão das águas dos cem maiores rios do Estado. Então, vamos ter a possibilidade de verificar as condições de qualidade para que o próprio poder público, quer nos seus mais diferentes níveis, possa incorporar desafios do ponto de vista de verbas públicas para superar situações existentes do ponto de vista de qualidade dos rios.

Outro tema que me parece relevante, Sr^a Deputada e Presidenta desta sessão, é que temos questões positivas a afirmar para esta Casa. Primeiro, o decreto do governador do Estado, pela primeira vez em 13 anos, possibilita, agora, o Instituto de

Gestão das Águas fiscalizar os usos das águas da Bahia, isso é uma novidade importante. Segundo, o governador, a Saeb, autorizou concurso público para o Sistema SEMA, acredito que é uma outra grande novidade para nós, só no sistema das águas são 50 novos profissionais de nível superior e 35 de nível médio que vão incorporar e fortalecer a estrutura de gestão, porque precisamos de estrutura do Estado. Então, esse é um grande desafio nosso. Inclusive, está na fala do governador que este Estado, durante anos, foi desprestigiado do ponto de vista do funcionalismo, da estrutura do Estado, e precisa-se fortalecer o Estado incorporando novos servidores públicos. Acredito que é um desafio importante que estamos conseguindo construir e com o concurso público vai ser um avanço.

Em junho, Sr^a Presidenta, o governador regulamentou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, depois de 05 anos. Eu junho vamos lançar os primeiros editais de recuperação e restauração de mata ciliar, restauração e proteção de nascentes, e isso com a sociedade civil. O Estado sabe que não tem capacidade operacional de estar em cada bacia, em cada rio. Vamos precisar, com o comitê de bacia e com a sociedade civil, construir programas básicos, emergenciais, de restauração de mata ciliar dos nossos rios.

A avaliação que fazemos é que vamos precisar de recursos da ordem de 38 milhões de reais para restaurar as matas ciliares do Estado, que têm sido nos últimos 500 anos bastante impactadas por atividades diversas sem o cuidado necessário.

Quando vejo o Sindae presente - o grito da água que foi feito, eu estava fora, mas tive oportunidade de conversar com Pedro e, de longe, acompanhar Sinval, -, sinto que existe um desafio, o desafio da sociedade civil de pleitear e garantir a ampliação da oferta hídrica. Mas ao mesmo tempo temos que combinar ações do governo do Estado, e eu não tenho dúvida de que...

Dia 23 e 24 de abril próximo, Sr^a Presidenta, vamos ter um seminário nacional na Bahia que vai reunir ministro de Estado, diversos atores públicos e sociedade civil para discutir a perspectiva da água e do desenvolvimento e contará, possivelmente, com a presença do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva para que possamos construir caminhos conjuntos de ampliação de oferta hídrica.

Temos também um programa exitoso, lançado inclusive esta semana, da habitação popular. Ontem conversei com o ministro Minc no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e vai possibilitar a habitação popular agora, com sustentabilidade. Então, a ideia é de que possamos associar habitação popular à utilização de energia solar, associada ao reuso de água, ou seja, não podemos tratar a água de forma isolada.

Todos nós, setor público, setor privado, sociedade civil, usuários, temos que tratar a água com parcimônia. Só para V.Ex^a ter uma ideia, na região Oeste da Bahia gastam-se 11 bilhões de litros de água por dia do agronegócio. Nosso desafio, e estava com a secretária da Casa Civil há pouco, é dialogar com setores dos usuários, por exemplo, que esse uso da água tenha cada vez mais eficiência, e não podemos mais combinar desperdício de 30 a 40% de irrigação em detrimento do consumo humano.

Então, temos fornecedores de água, usuários, os comitês, que são sistemas, mas nosso desafio, hoje, é utilizar a água com cuidado. A gente fala muito das torneiras, do banheiro, das pessoas, que é importante, é, porque usar a água para fins econômicos precisa ter responsabilidade de perceber que a água é um bem limitado e que no mundo

todo se discute o uso dela com parcimônia, com cuidado. Isto porque quase 70% do Estado é região semiárida, que chove 500 mm/ano. Então, quem tem água tem que utilizá-la com muita eficiência do ponto de vista dos seus usos mais diversos. Isso significa que nós estamos no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Júlio Mota é conselheiro do Conselho, nós temos dialogado muito, constituído consenso com os setores dos usuários, com a sociedade civil de que nós precisamos avançar.

Outra novidade é que nós vamos ter em junho, Sr^a Presidente, a eleição do Conselho Estadual, outra oportunidade, inclusive, da sociedade civil participar dessa instância. O Conselho Estadual, que fez 10 anos, é uma instância importante para o sistema. E combinado a isso os Comitês de Bacia, nós temos 10 Comitês instalados, nós temos, inclusive, um presidente do Comitê, um dos mais destacados presidentes dos Comitês de Bacia daqui desse Estado, o Omar que está aqui conosco, e ao mesmo tempo nós vamos ampliar a participação dos Comitês.

Mas, já tinha conversado como o governador em outra época, nós temos um desafio muito grande, propor a esta Casa Legislativa um projeto de lei que possa dar condições de instituímos, aqui no Estado, a agência de bacia. Nós precisamos de um instrumento de apoio aos Comitês de Bacia que possam significar um apoio operacional para o Comitê funcionar. O Comitê é o grande parlamento das águas, tudo passa pelo Comitê. Os conflitos da água devem ser definidos pelo Comitê, o plano de bacia, inclusive nós temos 4 planos de bacia que serão licitados, inclusive um do Salitre, o plano prevê a possibilidade de verificação dos conflitos de água, das demandas futuras, é um dos instrumentos mais importantes.

Nós temos o plano estadual de recursos hídricos que está sendo revisado. Há 10 dias, inclusive, foi publicado, Sr^a Presidente, a nova divisão hidrográfica do Estado, nós temos hoje 26 regiões de planejamento e gestão das águas, 19 estaduais e 7 federais com gestão compartilhada, que será um novo desafio nosso perceber como é que essa geopolítica do Estado se articula, bacia e território.

Nós estamos, da mesma forma, Sr^a Presidente, fazendo um esforço com a política de territórios para que a discussão de território e bacia seja integrada, aliás o convênio de cooperação entre INGÁ e Seplan vai possibilitar que diversas entidades possam, ao mesmo tempo, combinar política de território com política de Estado, ao mesmo tempo protegendo a questão da água.

Nós vivemos, na verdade, um cenário institucional, que se reforçou com a atuação desta Casa, em junho, na aprovação da estrutura orgânica, da estrutura de meio ambiente do Estado, quando a SRH – Superintendência de Recursos Hídricos passa a ser INGÁ, isso aumenta, inclusive, a nossa atribuição na área das águas. Nós repassamos, estou vendo a competência da Cerb aqui na Mesa, todas as barragens do Estado para a administração da Cerb, hoje as maiores barragens do Estado são administradas pela nova Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia; nós, do InGÁ, assumimos tarefas que nós não tínhamos, como restauração de mata auxiliar, por isso vamos, com apoio de todos os setores do governo, lançar o programa estadual de recuperação e restauração de mata auxiliar, que é importantíssimo, porque não dá para pensar no rio como a água que corre, o rio tem a ver com a mata auxiliar, com as comunidades, com os ecossistemas, com seus usos.

O nosso desafio, portanto, é combinar uma política estadual de recursos hídricos

que envolva obra. Vamos ter diversas obras do Pró-água, aliás a obra de Santana, que foi colocada, inclusive, no vídeo, uma obra que tem uma atuação consistente do Pró-água do semiárido com participação da antiga SRH e com a execução da Embasa e diversas outras, que são muitas.

Quando se fala, por exemplo, na perspectiva do sistema adutor de Bandeira de Melo vai possibilitar, na região da Chapada Diamantina, uma ampliação significativa de água para os assentamentos rurais. Então, quando se pensa em barragens de pequeno porte é pensar, às vezes, que aquela pequena barragem pode ter um efeito significativo, que o programa de 1 milhão de cisternas pode ter um efeito significativo.

Por isso que hoje, inclusive, para finalizar, nós temos uma nova instrução normativa do INGÁ que qualquer barragem no Estado tem que ter estudo, que necessariamente a barragem não é o meio mais efetivo de garantir disponibilidade hídrica. Aliás, em algumas regiões como Salitre causa problema, Omar sabe muito bem disso, barragens ilegais. Nós temos, inclusive, notificado os municípios, proprietários para que os usos regulares sejam feitos com base na avaliação do Comitê de Bacia.

Quero dizer, portanto, que 23 e 24 de abril será uma grande oportunidade de discutir a água no Nordeste, nós temos um desafio muito grande da renovação dos Comitês de Bacia, teremos processos eleitorais de junho a dezembro renovando 6 Comitês de Bacia importantes, como o Comitê do Salitre, Comitê do Paraguaçu, Comitê do Verde Jacaré, Comitê do Leste, Comitê do Recôncavo Norte em Inhambupe e isso significa que nós vamos ter a oportunidade que as pessoas participem da estrutura de gestão das águas.

Quero dizer também que é um desafio nosso que até o final do ano nós possamos ter uma revisão do plano estadual de recursos hídricos, compreendendo que existe um desafio de água, compreendendo que existe desertificação, compreendendo que existem áreas nossas que estão se transformando de Semiáridas para áreas áridas, compreendendo que existem situações de escassez imensa em algumas regiões do Estado. Existe um processo de arenização na região do oeste que é muito forte, existe perecimento de rio, morte de rio e a gente sabe que o único causador dessas medidas é o ser humano.

Significa que temos, portanto, a capacidade e o desafio político de perceber que com o poder de polícia, com incentivos econômicos... Estamos querendo lançar até o final do ano, Sr^a Presidente, produtores de água, porque temos não só que punir, mas apoiar os pequenos produtores, as comunidades que protegem as nascentes.

Então, a ideia é que a gente possa lançar agora, até o primeiro semestre, em junho, na Bahia, remuneração por serviços ambientais. Aquele que protege a nascente, aquele trabalhador, aquele esforçado que protege o rio que está na sua propriedade, que é o pequeno lavrador. Ele vai ter que ser remunerado anualmente, recebendo uma parcela de apoio pela proteção da nascente, para que a gente possa ter a contribuição daqueles que ajudam, na verdade, pela proteção.

Então, um desafio é o poder de polícia, o outro desafio é a compensação ambiental, através do sistema de instrumentos econômicos. Acho que a gente pode ter um desafio para a Bahia. Dizer, para finalizar mesmo, Sr^a Presidente, que hoje temos um conselho estadual que atua muito. Ontem, tivemos reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é o nosso sistema superior, o Ministério tem atuado, o

governo Lula tem ajudado muito a Bahia.

Quero dizer que o Pró-Água Nacional vai disponibilizar recursos para a gestão, que vão ser recursos importantes para capacitação, para formação. Mas quero dizer que acima de tudo a gente não faz nada sem a participação da sociedade, inclusive no setor de usuários. Quero dizer isso porque precisamos que o setor da agricultura irrigada, o setor da indústria, o setor dos usos mais diversos estejam no comitê de bacia, que os municípios participem dos comitês de bacia.

Ontem, estava com o prefeito de Urolândia, base aqui do Presidente Almacks, dizendo a ele que é importante esse processo de atuação constante, continuado com o comitê de bacia. Quero dizer também que a questão da água é uma questão que passa pela vida da gente. Sem água a gente morre, sem perspectiva.

Tive oportunidade de fazer uma visita técnica a Israel. Israel pega 90% da água de esgoto dela e leva para irrigação. Tenho um desejo muito forte, que a gente possa, com a tecnologia da Embasa, a competência da Cerb, a atuação de diversas secretarias de Estado, mais a sociedade civil, que conjuntamente possamos construir um cenário em que os nossos rios não sejam esgotos, que as nossas nascentes sejam protegidas. E a experiência do Subaé, no próximo dia 30, pode ser uma avaliação muito importante para a gente.

Hoje, as nascentes do Subaé, inclusive, estão todas detonadas e é um rio de importância significativa para a gente. Mas se observarmos temos problemas no Paraguaçu, no Jacuípe, nos nossos rios intermitentes no Semiárido, que tem problemas seríssimos existentes. Temos problemas de rebaixamento de aquíferos. A situação de Irecê é uma situação delicada, do aquífero Casco de Irecê. E por isso suspendemos a outorga durante 30 dias e estamos suspendendo por mais 30. Conversamos com o prefeito Zé das Virgens e prefeitos da região, precisamos equacionar o uso da água subterrânea de uma forma mais equânime, mais cuidadosa, que é um problema sério e pode ter sido o responsável, inclusive, pela rachadura na região de Lapão.

Então, são questões como essas que envolvem um novo desafio nosso: perceber que a água é um direito fundamental; que a água é um direito dessas comunidades e que o governo da Bahia se soma a esse esforço no Dia Mundial da Água.

Muito obrigado e parabéns, Sr^a Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Nós agora vamos ouvir, vamos dividir a Mesa, pois temos poder público estadual, temos o Executivo e o Legislativo e vamos, agora, ouvir a sociedade civil.

Portanto, vamos ouvir Moacir, que é representante do IRPAA, uma instituição não governamental da região de Juazeiro, de todo o Semiárido baiano e que tem desenvolvido um trabalho importante alertando a população sobre a preocupação com a utilização da água e, inclusive, com algumas tecnologias alternativas.

Com a palavra Moacir e peço apoio aos seus auxiliares do vídeo.

O Sr. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS:- Bom dia, quero saudar a todos, em nome da deputada Fátima, obrigado pelo convite, ao IRPAA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, uma instituição sem fins lucrativos, que tem sede em Juazeiro e que há 20 anos vem trabalhando uma ideia de convivência com o

Semiárido.

Então, todo o nosso foco está em torno da região semiárida na Bahia e também em todo o Nordeste. Há umas imagens aqui que vão ajudar na fala. O semiárido teve vários formatos, o polígono da seca, o sertão e há poucos anos o Ministério da Integração fez uma junção desses vários dados e criou o Semiárido oficialmente falando. Então, ele disse que o Semiárido são todos os municípios que têm chuvas abaixo dos 700 milímetros.

Em relação aos municípios, se divide a quantidade de chuva que pela quantidade de água que evaporou potencialmente, então dá um índice de 0,5 abaixo. Por exemplo, em Juazeiro chove 500 milímetros e evaporam três mil milímetros. Quando se divide 500 por três mil, o resultado dá abaixo de 0,5. Então, você está dentro da região semiárida. Há outros critérios, mas esses são os mais básicos a determinar a região semiárida do Brasil, que pega quase todo o Nordeste, o Maranhão está fora, e entra uma parte de Minas Gerais. Na Bahia, em torno de 70% do território baiano estão no Semiárido. Quase metade da população da Bahia está no Semiárido. Mais da metade dos municípios da Bahia está também no Semiárido. Se se pegar a população aqui da região mais litorânea, que veio do Semiárido para cá, então a grande maioria da população da Bahia ou é ou está nessa região.

É uma região que merece muito mais atenção e políticas específicas, como, por exemplo, a lei de terras, a política de educação, de abastecimento, de crédito. Mas não há nada específico para região semiárida, é um grande pacote que se distribui no País todo ou em todo o Estado, sem considerar as características locais de cada região.

Então, nosso questionamento é que a gente comece a construir as políticas para cada bioma, para cada região, para a Mata Atlântica ou Litoral, que tem um jeito de viver, o Sertão ou Oeste. Enfim, que todas as políticas tem que levar em conta o ambiente natural onde vai ser implementada.

Consegue colocar o vídeo?

(O vídeo não foi apresentado.)

O Sr. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS:- Queria mostrar no vídeo um pouco das características do Semiárido. A primeira é a taxa de evaporação, como já falamos, se a média é 700 milímetros e a taxa de evaporação é de três mil milímetros, mais chuva de baixo para cima do que de cima para baixo. Diferente do Litoral, onde a evaporação é grande, mas a precipitação chega a dois mil milímetros.

Então, vejam, numa evaporação de três mil milímetros, quer dizer, uma lâmina d'água de três metros de altura. Se você tem uma aguada com três metros de profundidade, você não precisa tirar nem um copo d'água, o sol e o vento levam toda essa água embora. Vocês vão ver no jornal escrito ou na televisão aquelas imagens de seca no Semiárido. Passa aquele lagoa com o chão rachado, e observe a profundidade que têm aquelas lagoas, são tanques que têm um metro e meio de profundidade. Então, dizem: não choveu no Semiárido! Na verdade, choveu mais, a água não teve onde se acumular, a aguada que tinha, o tanque tinha menos de três metros de profundidade, e isso a evaporação consome sem os animais, sem as pessoas aproveitarem.

Então, o problema não é que não choveu, a água caiu e escorreu. Então qualquer aguada que for feita no Semiárido deve levar em conta isso, quanto mais larga e mais rasa maior será a evaporação. A ideia é que as aguadas sejam estreitas e profundas

porque o espelho d'água diminui e com isso você diminui também a taxa de evaporação.

Essa é uma característica própria do Semiárido que a gente pouco levou em conta até hoje na hora de fazer as aguadas. Aquele famoso trator de esteira que arrasta a terra de um lado para outro e cria tanques bem rasos, aqueles pratos rasos. É dinheiro público gasto que não resolve o problema por uma simples questão técnica de conhecimento, que é a evaporação.

A outra característica é a distribuição das chuvas. O companheiro estava lá em Istambul e disse que o Semiárido do Brasil é o mais chuvoso do mundo. Quando a gente diz que chove 500mm o pessoal fica assim maravilhado, porque há lugares que chove 150, 160mm. A questão é que essa chuva está toda concentrada em pouco meses e, ao mesmo tempo, mal distribuída. Você não sabe nem quanto nem quando vai chover em cada mês do ano. As chuvas começam no final de outubro, vão até abril, mas pode chover tudo em outubro, novembro e dezembro e não chover nada de janeiro a abril, ou ao contrário. E isso para a agricultura é terrível.

(Começam a ser exibidos slides.)

Só para acompanhar aqui, pode passar, essa frase do nosso presidente, o fundador do Irba, Dom José Rodrigues, ele dizia que no Nordeste, no Semiárido, não falta água, falta justiça. E aí foi trabalhando nisso que estou fazendo agora.

Este é o mapa do Semiárido. Toda essa mancha amarela é o Semiárido brasileiro e você vê aqui a Bahia. Só um pouquinho do Oeste e o litoral que estão fora do Semiárido, todo o resto do Estado é Semiárido. Ali, alguns dados que o Ministério da Integração diz sobre a população e o tamanho da área do Semiárido.

Então a Bahia é um Estado Semiárido. A gente teria que pensar políticas voltadas para a região semiárida.

Pode passar mais um pouquinho. Então é isso que eu falava da taxa de evaporação. Naquele quadro, lá em cima, o azul é toda a chuva que caiu e a coluna vermelha é toda evaporação que a gente tem. Evapora cinco vezes mais do que chove. A grande saída para a gente é esconder a água da evaporação, esse é o primeiro passo. Se não fizer isso depois você tem a falta de água nos meses seguintes.

Aqui é a distribuição da chuva em Juazeiro. Todo ano chove. Aquela história que diz: ah, faz 5 anos que não chove, o repórter gosta muito de falar isso na televisão, dar aquele impacto, mas é uma coisa que não é verdade. Todo ano chove no nosso Semiárido, não tem um ano que não tenha chovido. Tem anos que chove 800mm, tem anos que chove 150mm. E depois a distribuição. Então nenhum ano é igual ao outro. Cada quadrado daquele é a chuva de um ano. Em nenhum ano as chuvas se comportam igual ao ano seguinte. E para a agricultura você precisa de 3 meses de chuva, com o nosso regime aqui, com a regularidade em torno de 100mm. Com janeiro, fevereiro e março chovendo 100mm você teria condições de ter uma boa colheita.

Se a gente observar, esse é um dado da Embrapa, de cada 10 anos você tem 2 anos com essa regularidade. Então 8 anos seria frustração de safra. E aí vem outro drama que sai na televisão: o barreiro seco, a panela vazia e aquele pezinho de milho seco. Então diz: ah, não choveu. Na verdade, a plantação do milho não é apropriada para esse regime. Ela precisa de 3 meses regulares e a região não oferece. É a mesma coisa de se botar uma empresa que tem 80% de chances de dar errado, assim é

agricultura na região semiárida. De cada 10 anos, 8 anos ele não vai colher, em apenas 2 anos teria chance de alguma colheita. E todo crédito para a agricultura, a estrutura fundiária. Você não tem uma política de reordenamento agrário que não seja para a agricultura, são todos lotes para a agricultura. Então, você obriga aquela família a viver de uma atividade que não é a vocação da região. Daí, vem toda a pobreza e toda a miséria causadas pela nossa política de desenvolvimento e não pela natureza. Se destinar essa área para a criação de animais, se destinar essa área para a extração das frutas da caatinga, ela teria muito mais condição de ter renda do que tem hoje.

Há uma grande luta hoje com o CDA, com o INCRA no sentido de aceitar a situação das terras em forma coletiva, o que se chama de fundo de pasto, não para fazer roça mas para criar animais, abelhas e colher umbu, maracujá, as plantas da caatinga. Essa ainda não é uma política adotada oficialmente nem pelo Estado nem pela Federação.

Neste mapa amarelo (Apresentação de *slides*) está toda a região, todo o subsolo que tem no Semiárido, nele não é possível fazer poço artesiano, não tem o lençol freático, aquela bacia sedimentar, que você pode furar e ter água. Toda essa mancha amarela e boa parte da Baía está dentro dela, o subsolo é de rocha e de granito. A Cerb conhece muito esse problema de poço seco. Perfura-se o poço a 60 metros e não tem mais do que mil litros de água por hora, e essa água é salgada. A solução para o desenvolvimento do Semiárido está na captação da água da chuva e não na captação de água subterrânea. Apenas em algumas manchas você tem essa possibilidade, aquela mancha do meio é o Raso da Catarina, começa nas terras da deputada Fátima e vem até Salvador. Então, esse corredor tem água no subsolo. Todo o resto amarelo não tem água no subsolo.

Essa outra característica do Semiárido é a previsão das grandes secas que temos. Muita gente lembra da famosa seca de 32. Isso foi no Centro Aéreo Espacial de São José dos Campos, usava-se o coletor, todas as grandes secas que houve no Nordeste fizeram essa linha e chegaram a uma lógica: a cada 20 anos o Semiárido passa por uma seca que dura 6 anos. E ele foi contando as grandes secas e em cada grande seca o governo teve uma ação.

Em 1875, na época o Imperador dizia que ia vender a última pedra da Coroa, mas nenhum cearense ia morrer de fome. E a literatura diz que 1/3 dos cearenses morreu e a Coroa está inteirinha em Petrópolis. Então, foi a primeira grande falácia governamental com relação ao Semiárido.

Criou-se o IOCS, depois na outra seca o DNOCS que tinha também uma visão equivocada até no termo do instituto, obras contra a seca, para combater um clima, combater uma situação natural. Essa visão caiu por terra, essa ideia de que você não consegue acabar com o clima do semiárido, mas você aprende a tirar proveito se você conhece o clima. E também foi a partir de uma seca que nasceram as frentes de serviço, as cestas básicas e a criação da Sudene, que depois terminou ajudando muito o litoral, nem tanto o interior, o Semiárido, e a Sudene era do Nordeste, não do Semi-Árido. Então, você tem hotéis, complexos turísticos com o apoio da Sudene, muitas obras no litoral, mas nem tanto no interior, no Semiárido.

Na última seca, na década de 80, a Igreja Católica contou um milhão de mortos, e em 70 essa coluna foi apresentada ao governo, que falava que era impossível alguém

adivinhar a seca, que era um fenômeno natural, dependia de Deus. A seca veio e na década de 80 um milhão de pessoas morreram, crianças e velhos principalmente. Então, a partir disso começou-se toda uma movimentação da sociedade civil para que entre 2005 e 2011, período da próxima seca, todo mundo no semiárido tivesse água armazenada. Aí, nasceu toda esta ideia da cisterna e tudo. Hoje nós temos a ASA como grande animadora desse processo e todos os outros processos que vêm a seguir. A partir do momento que a gente compreende a região, você passa a ter medidas apropriadas para aquela região.

Esta é uma foto (mostra ilustração) de como a caatinga se apropriou do semiárido. Esta é uma foto do umbuzeiro de Uauá, terra de nossa colega cantora. Em baixo da árvore, vocês veem que não há raiz, mas ele tem batata. São uns potes assim. Um pé de umbu consegue armazenar até três mil litros de água. Então, o fruto do umbu deste ano é produzido com a água da chuva do ano passado. Ele armazena. E quando está tudo seco ali – vocês veem em baixo – em cima já está aflorando. Depois, quando já tem fruto, começa a chover de novo. Então, a árvore se adaptou à região, aprendeu a tirar proveito disso e não desapareceu. Não se tem deserto.

Assim também são os animais. Você não encontra animal da caatinga, ou seja, animal nativo, que morreu por conta da seca. Todos eles desenvolveram mecanismos de viver, apesar da irregularidade das chuvas. Somente nós, seres humanos, ainda não temos essa capacidade. Na próxima foto há os produtos feitos com o fruto do umbuzeiro, que tem dado boa renda para as famílias, coisa que antes era desprezada.

Por favor, passem mais fotos. Então, há ou não há água em nossa região? Eu peguei os dados do Ministério da Integração. Vamos supor uma chuva de 300, 500 ou 700 milímetros por ano. São 394.000 km² da Bahia que se encontram dentro do semiárido. Em cada 500mm significa meio metro cúbico de água por metro quadrado. Em cada metro de terra choveu 500 litros. Se você juntar toda esta água terá ali 197 bilhões de metros cúbicos que dariam 197 trilhões de litros de água por ano que caem no semiárido baiano.

A Embrapa diz que 80% dessa água evapora naturalmente ou pelas plantas. A gente só consegue aproveitar 9% dessa água, e esses 9% dariam dois mil metros cúbicos de água por pessoa ao ano. Isso dá, mais ou menos, um carro-pipa de água por pessoa por dia. E a ONU diz que uma região só é seca se tiver menos de mil metros cúbicos de água por ano. Nós temos 2.700. O único problema é que não acumulamos esta água. Uma cisterna só junta dois carros-pipa por ano. Temos condições de juntar 350 carros-pipa d'água ao ano por pessoa. Então, toda essa água está indo embora e a gente só precisa armazenar, ou seja, precisa ter vasilhames para armazenar.

Então, poderia dar para todo mundo. Vejam só (mostra ilustração), esta é uma tecnologia dos índios do México antes de o espanhol chegar. Desde esta época já havia tecnologia de armazenamento de água de chuva. E nós, até hoje, boa parte da população não conhece uma cisterna ou não acredita que ela funcione, porque nos faltou esta cultura de desenvolver tecnologias para o semiárido, ou seja, nem a população nem o Estado desenvolveu tecnologias para o semiárido.

E todas essas tecnologias são importadas trazidas pela Embrapa e outros órgãos que trazem dos mais diversos países semiáridos do mundo, a fim de adaptar à nossa realidade. Bem (mostra nova ilustração), aqui são várias possibilidades de armazenar

água e todas nesse foco. O melhor jeito são as pequenas obras descentralizadas.

A pior opção seriam as grandes obras de açudes e barragens por conta da salinização. O Sr. Manoel Bonfim, aposentado pelo DNOCS, calcula que 90% dos perímetros irrigados do órgão não deram certo com o açude salinizado e a área irrigada em falência, por causa da questão do sal.

Com relação à qualidade da água, há várias possibilidades de filtrar e tornar a água da cisterna e das outras aguadas potáveis. O que a Embrapa diz é que só 4% da área do Semiárido teria terra suficiente para irrigar. Então, a maior parte da nossa região não está apta para irrigação. Teria que haver atividades com água de chuva, principalmente a criação de animais.

Aqui é a ideia de uma comunidade com abastecimento de água descentralizado, água para famílias, água da comunidade, vários tipos de aguadas, captação de água de chuva, alguma subterrânea, em locais onde a comunidade é independente. Aí cada uma delas tem o seu sistema próprio de abastecimento.

A base para isso é que a pessoa tenha terra, a garantia da água e o conhecimento. Essas três coisas fariam acabar a fome e a miséria no Semiárido. Essa é a ideia duma comunidade onde a organização não é em torno de lotes para a agricultura, mas sim em torno da área livre para criação de animais, uma área de fundo de pasto.

Para terminar, é isto que o Semiárido nos oferece: muita coisa doce, bonita. Nós, enquanto sociedade e poder público, precisamos compreender aquela região e criar políticas adequadas para ela. Tem muita água, muita terra e muita gente lá querendo trabalhar e viver com dignidade.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Na verdade, companheiro Moacir, só pedi para encurtar um pouco do tempo porque temos muitos oradores.

Quero passar a palavra ao deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Minha cara colega deputada Fátima Nunes, presidente desta sessão especial tão importante, quero parabenizá-la por um evento oportuno como este. A senhora é sertaneja como eu e preocupada com as questões do sertão. Então eu não poderia deixar de estar aqui presente.

Ontem, em Juazeiro, nós tivemos um grande ato cívico em homenagem ao aniversário do nosso companheiro ilustre, meu ídolo Álvaro Gomes, alusivo aos 87 anos do PCdoB, partido aliado no nosso Juazeiro. Temos a honra de ter o Isaac como prefeito do PCdoB, e o PR, o nosso partido, com D. Gorete como vice-prefeita. Essa quinta-feira foi um dia importante, histórico para o município, mas eu não pude estar presente.

Hoje, meu caro Moacir, comemoramos lá o Dia Municipal do Umbu, também uma festa grande no interior juazeirense. Estive ausente em função desta sessão que considero importante. Estamos também apresentando aqui na Casa, já está tramitando o projeto, tenho certeza de que será aprovado por unanimidade, o Dia Estadual do Umbuzeiro.

Acho que esse símbolo do pronunciamento do representante do IRPAA, Moacir, trouxe como simbologia da nossa região essa árvore, que é propulsora da economia, do

sumo e de tudo o que há de bom na nossa região.

Minha querida Fátima, não poderia deixar de estar aqui presente, embora tenha de ir a Juazeiro daqui a pouco para as comemorações ainda hoje em homenagem a essa árvore que é a bandeira de salvação do sertão. Como sertanejo e barranqueiro do São Francisco fiz questão de estar aqui, embora com trajes inadequados para um deputado. Mas o importante é a presença. Achava que esta sessão deveria ter uma presença mais maciça, pela importância que ela tem.

Agora vou me ater ao meu velho Chico, às suas águas, a minha paixão, razão até de eu estar há tanto tempo nesta Casa em defesa dele.

Criamos aqui na Assembleia o Movimento SOS São Francisco. Evoluímos para a Comissão Especial do São Francisco. Tem até hoje. Criamos a CIPE São Francisco, entidade que agrega todos os deputados estaduais dos Parlamentos da Bacia do São Francisco. Sonhamos com o parlamento das águas, mas até agora não foi concretizado esse sonho nosso.

Num dos encontros com o presidente da República, no evento que promovemos em conjunto com o Estado de Minas Gerais, que é a grande caixa d' água deste País e onde está a nascente do meu querido São Francisco, quando criamos aqui o SOS São Francisco, entreguei-lhe um documento e lhe disse, olhando aquele filete de água da Serra da Canastra: eu não sei como nasce tão pequeno e pode ser tão grande; eu não sei como, sendo tão grande, pode ser tratado como coisa tão pequena. Isso me marcou muito.

Vejo as políticas para o São Francisco equivocadas, seus barramentos sem os devidos estudos de impacto ambiental, o que é muito ruim para o nosso velho Chico. Vemos, até o presente momento, que temos siglas para explorar o São Francisco, como é o caso da Codevasf, que tira a sua água, a Chesf com os seus barramentos com a energia elétrica, e não temos até agora uma sigla oficial, a não ser algumas ONGs, para tratar da vida do velho rio, que morre a cada dia. Eu, ali, nasci há quase 60 anos, com certeza, ali, irei morrer. O rio de ontem não é o de hoje; o de hoje não será o de amanhã, tenho plena convicção disso. Tenho estudado todas as transposições de rios do mundo, do Colorado, nos Estados Unidos e México, do Amarelo, na China, e nenhuma foi ideal. O rio está morrendo, morre na nascente e na sua foz.

Se observarmos a cunha salina, hoje, entre Sergipe e Alagoas e que avança a cada dia pelo São Francisco, vemos que a flora e a fauna já não são mais de água doce e, sim, de salgada. Quero me ater ao crime que está se cometendo com o meu rio, que é o maior patrimônio que temos na nossa região, que é a transposição do São Francisco. Ninguém, até o presente momento, me convenceu, em foro nenhum, de que será importante. É uma obra que será inacabada, consome trilhões de reais, e não se investe na revitalização do rio. A revitalização é balela, não existe!

Vou convidar representações partidárias desta Casa, pois no dia 29 de junho deste ano vamos trazer esse debate para esta Casa. Vamos fazer uma discussão por 13 dias sobre o São Francisco. Vamos fazer a caravana do São Francisco, desde Carinhonha até Juazeiro, no aniversário desta cidade, dia 15 de julho. No período de recesso desta Casa, faremos a caravana do São Francisco para mostrar ao mundo, ao Brasil e à Bahia que não existe revitalização do rio São Francisco. Isso é uma balela. Existe transposição, sim, nada mais e nada menos do que uma sangria na carótida do rio.

Estaremos aqui presentes, com fé em Deus, para sabermos que o que estou dizendo aqui agora não é uma previsão, é uma realidade com que convivo a cada dia.

Então, entendo que, quanto à preservação do nosso rio, quem mora e nasceu ali sabe disso, que a cada dia é um dia de agonia do nosso rio. Por isso, faço um apelo aqui a esta Casa, como sempre fiz, no sentido de que aqueles que são responsáveis pelas águas do nosso País, do nosso Estado, da nossa região, nos debrucemos sobre as questões do São Francisco.

Fala-se no rio Salitre. Nossa Senhora, o rio Salitre está agonizante, está em fase terminal, na UTI, e nada se fez até o presente momento pela sua recuperação. Enfim, não existe uma política ainda concreta que esteja no papel e que saia do papel para um dos poucos rios vivos ainda, afluente do São Francisco. Muitos já morreram, já estão totalmente degradados, poluídos, etc. Vamos ver a carga de esgoto que ainda está no São Francisco, que está matando-o a cada dia. A Codevasf tira água para irrigação, com os seus agrotóxicos, etc, a Chesf, com seus barramentos, e nada para tratar da vida do São Francisco. Sei que há muitas pessoas aqui querendo usar a palavra, mas eu nunca me canso e nunca me cansarei de discursar sobre o assunto.

Temos a Comissão Especial do São Francisco e vamos propor, agora, dentre em breve, que façamos uma visita ao Projeto Salitre, que está para ser implantado. Temos também que ver as obras da transposição do São Francisco e programar a caravana do São Francisco, para que possamos realmente trazer esse trabalho efetivo, importante para a nossa vida aqui no Estado da Bahia.

Sr^a Presidenta, é com muito orgulho e satisfação que vejo a sua iniciativa desta sessão. Esperava até que tivéssemos aqui um fluxo maior de pessoas envolvidas nessa questão da água. Sabemos que a vivência do ser humano com a água vem desde da vida intrauterina, quando estamos envolvidos numa bolsa d'água. Enfim, a vida sem água não é nada. Precisamos fazer mais sessões como esta, importantes nesse sentido, discutirmos a questão mais importante que temos, que é a água. Noventa por cento do nosso organismo é de água; nascemos dentro de uma bolsa d'água, enfim, a nossa vivência com a água é muito íntima. E nós a tratamos como uma coisa secundária, sem a importância devida. Apesar de o Brasil ainda tem muitos mananciais.

Em relação à transposição do Rio São Francisco, eu entendo que deveríamos fazer, em vez dessa transposição, a transposição de bacias do Tocantins para o São Francisco. Esse é um projeto que realmente dormita nos ministérios, presidentes se sucedem e ninguém leva a sério essa proposta.

É um prazer vir marcar a minha presença aqui. Fico imensamente satisfeito porque sou, praticamente, de duas cidades: uma, a que nasci, a minha querida Campo Alegre de Lourdes, a outra, Juazeiro, que me adotou. E há políticas diferentes em relação à água nelas. Enquanto em Juazeiro se briga por água para irrigar as terras, lá na terra onde eu nasci ainda se briga, até hoje, mesmo estando na Bacia do São Francisco, por água para irrigar a garganta.

Não se pode pensar em transposição quando sabemos que Campo Alegre de Lourdes, que está na Bacia do São Francisco, não tem água desse rio. Não podemos pensar em conservar os reservatórios de água, que são poucos, quando Juazeiro, a cidade rainha do São Francisco, a princesa do São Francisco, tem um sistema de abastecimento de água que é feito para 65 mil pessoas, com a captação, o tratamento e

a distribuição obsoletos. E aquela cidade tem atualmente 250 mil habitantes.

Então, qual é a lógica dessa transposição, quando na princesa do São Francisco ainda há problema de abastecimento de água? É um projeto equivocados, que convenceram o presidente da República a fazer. Não tenho dúvida nenhuma disso, e ninguém, até o presente momento, me convenceu de que esse projeto é importante para o Brasil e para a Bahia.

Vimos, na fase que antecedeu a última eleição, muitos falarem em defesa do Rio São Francisco, mas essas vozes estão silentes, até o presente momento, em relação a esse assassinato premeditado do velho Chico.

Parabéns, deputada, e muito obrigado àqueles que colaboraram para este importante evento. Esta sessão, com certeza, terá desdobramento. Precisamos de uma sessão igual a esta todos os anos, ou talvez até mais de uma, deputada Fátima.

Vou pedir licença para me retirar, senão vou perder o ônibus. Quero estar em Juazeiro daqui a pouco. Mas, como ribeirinho, como sãofranciscano, deixo o meu abraço. Ali eu nasci, ali eu vou morrer, com certeza.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Fontes):- Obrigada, deputado Pedro Alcântara.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar as seguintes presenças: Ubiraci Gonçalves, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Jones Bastos, do MSTS; Wilson, representando o mandato do deputado Luiz Bassuma; Sr^a Eliete Paraguaçu, representando o Movimento dos Pescadores, que já disse que deseja falar; ex-deputado Raimundo Nonato; Dr. João Lopes, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano; vereadora Lilian Sílvia, representando a Câmara de Lajedo do Tabocal; Jocimário Costa, vereador de Alagoinhas; vereadores José Abel Magalhães e Nelson Gondim, ambos de Riachão de Santana; Alexandre Castro, presidente da Câmara de Riachão de Santana; Agnaldo Araújo Machado, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Dias D'Ávila; José Francisco de Oliveira, do Sindisef – Sindicato dos Servidores Públicos Federais; Sérgio Ricardo Matos, chefe do escritório da EBDA de Olindina, que tem um trabalho belíssimo de poesia – está aqui na mesa para vermos se há tempo ainda de falar sobre isso; Osvaldo, do Sindicato Moto-Taxi/Bahia; Gregório Rocha, diretor de imprensa do Sindae – Sindicato dos Trabalhadores de Água e Esgoto; Rosângela dos Santos, presidente da Associação Ambientalista do Planeta Água, de Dias D'Ávila; Maria Angélica Batista, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sátiro Dias e ex-vereadora; Mizael Campos Silva, da assessoria do vereador professor Miguel, de Alagoinhas; José Rui do Nascimento, do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quijingue, José Rui do Nascimento; do representante da ONG Pão para o Brasil, de Quijingue e Cansanção, Sr. Paulo Vandim; do funcionário do DNOCS de Canudos Sr. Wilson Rabelo de Oliveira; do representante da Associação das Crianças e Adolescentes de Pirajá, Sr. José Lino Inácio; do gerente financeiro da Federação do Movimento de Luta pelo Teto da Bahia, Sr. André Roberto Amorim.

Temos várias comunicações de autoridades que foram convidadas, não puderam comparecer, mas enviaram fax e telegramas, justificando a ausência, os quais leremos

leremos logo após o pronunciamento do deputado Álvaro Gomes, que já havia se inscrito anteriormente, e depois seguiremos com os demais membros da Mesa.

Quero pedir, encarecidamente, aos próximos oradores que não se alonguem nos seus pronunciamentos, pois os primeiros oradores sempre têm um pouco mais de tempo para falar, e os demais geralmente ficam com o tempo reduzido. Portanto, deputado Álvaro Gomes, espero que V.Ex^a não se sinta contrariado com o meu pedido – até porque é uma honra tê-lo aqui me acompanhando nesta Mesa – pois ele visa facilitar a fala e o trabalho dos demais companheiros e representantes da Mesa.

Concedo a palavra ao nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero, mais uma vez, parabenizar a nobre deputada Fátima Nunes pela realização dessa sessão especial para discutir a questão da água, que é fundamental.

O Diretor do Ingá, Júlio Rocha, fez uma bela exposição. José Moacir, na sua exposição, citou uma frase importante ao dizer que no Nordeste não falta água, falta justiça!

Na realidade, temos água para que toda população possa usufruí-la de forma digna e correta, temos água suficiente para abastecer o planeta desde que ela seja utilizada de forma correta. É esse o grande desafio de todos nós.

Na Bahia, aproximadamente 30 % da população rural tem acesso à água de qualidade, enquanto 70% não o tem acesso. Evidentemente, com o Programa Água para Todos, esse índice diminuiu, e aumentou o acesso da população carente à água aumentou, ou seja, 1,5 milhão de pessoas, aproximadamente, já foram beneficiados com esse programa. Esse, é, portanto, o desafio de todos nós.

Presenciamos, em governos anteriores, na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei de privatização da água, da privatização da Embasa, que foi aprovado e transformado em Lei, que ainda está em vigor. Naturalmente que a água não foi privatizada em razão da atitude da sociedade e do movimento popular, que resistiu, a todo custo, a essa privatização, embora o Estado esteja autorizado a privatizá-la.

Até fiz uma indicação ao governador no sentido de revogar essa Lei, porque, embora a água não tenha sido privatizada, ela existe, e, a qualquer momento, qualquer governante está autorizado a privatizar a água sem necessidade de aprovação da Assembleia Legislativa. Considero a revogação dessa Lei importante, porque estamos vivendo, hoje, um momento de avanços democráticos, e ninguém sabe como será o amanhã. Os governos se modificam, se alternam, e o importante é termos uma legislação permanente, independente de governo, que atenda aos interesses da população. Portanto, eu considero esta uma questão importante e tenho discutido isso junto ao governo no sentido de viabilizar a revogação dessa lei.

Existem várias outras questões. Eu participei recentemente de um debate sobre a transposição do Rio São Francisco, em Natal, promovido pela Unale, e acho que deveríamos promover outros debates neste sentido. Foi um debate bastante rico, muitas informações foram colocadas. Na realidade, já existem aproximadamente 60% já contratado do projeto de transposição ou de integração de bacias. Ou seja, nós podemos continuar esse debate. Agora, 60% já está contratado, o que significa que a transposição está acontecendo a todo vapor.

Então, precisamos discutir sim esta questão da transposição do Rio São

Francisco. Não dá para abordar mais aqui o conteúdo do debate, mas considero que este foi muito rico, argumentos de um lado e do outro, no sentido de que o principal problema do Rio São Francisco não é a questão do volume, mas o da contaminação, seja ela por metais pesados, biológica, etc. Esse é o principal problema, da degradação do rio ao longo do período.

Então, são vários os problemas colocados e é interessante que em outro momento, apesar de já ter sido executado ou contratado 60%, possamos fazer uma discussão desapaixonada. Eu, particularmente, não parto do pressuposto de discutir essa questão sob o ponto de vista mais do Estado, local, eu analiso de uma forma mais ampla. Entendo que se não há prejuízo para a população da Bahia, e se isso vai beneficiar outras populações, não podemos ser egoístas e imaginar a questão de forma equivocada.

Evidentemente que a discussão tem que se dar no sentido de: esse projeto vai beneficiar a população ou não? Esse projeto vai contribuir ou não? E não se vai beneficiar o Estado A, B ou C, por que, sempre coloco essa questão, que o ser humano é ser humano em qualquer lugar do mundo. Se está morrendo gente em outro local e a gente pode buscar e socorrer essas pessoas, não podemos, em hipótese alguma, estar com um comportamento egoísta de querer beneficiar só a cidade, o Estado, etc. Eu tenho uma visão mais ampla, procuro enxergar a floresta e não apenas a árvore. Portanto, acho que essa é uma discussão muito importante, que devemos retornar, apesar do processo estar bastante avançado.

Vou concluir dizendo que, na realidade, o que nós observamos hoje é que populações vivem às margens da água e morrendo com a falta dela. Portanto, acho que esta é uma questão importante e é tarefa de todos nós lutar pela preservação, pela despoluição dos rios e viabilizar acesso à água a toda população, porque é um direito de todos nós.

Um grande abraço e vamos continuar essa discussão. Parabéns, deputada Fátima Nunes, pela iniciativa.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, deputado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agora, vamos convidar para fazer o seu pronunciamento o superintendente de Meio-Ambiente da Embasa, Dr. Júlio Mota.

Quero avisar que teremos ainda 5 oradores inscritos, portanto não demoraremos tanto tempo. Peço a paciência de vocês.

O Sr. JÚLIO MOTA:- Bom-dia a todos e a todas.

Eu queria saudar a deputada (palmas)Fátima Nunes – e parabenizá-la por ter proposto esta sessão tão importante, para falarmos da água –; o deputado Álvaro Gomes; e também os companheiros da Mesa.

Eu queria ser breve, mas ajudar no debate, falando um pouco daquilo que fazemos, que é o saneamento, quero dizer, uma parte do saneamento. O saneamento tem 4 vertentes, e a gente faz abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A água é que dá a cor azulada ao nosso planeta. Visto do espaço, as fotografias mostram pra gente um planeta azul, e isso é proporcionado pela água. Nós sabemos

que a vida começou na água. Quando ouvimos ou lemos alguma matéria sobre exploração espacial em Marte, Vênus ou na Lua, o primeiro indício que se procura é se já existiu ou se existe água naquele satélite ou planeta, porque é um indício de que lá poderá ou poderia ter havido vida da forma que a gente conhece. Então, a água, sem dúvida alguma, é vida.

Já foi dito aqui que nosso corpo é quase todo composto por água. Podemos considerar nosso corpo uma bacia hidrográfica e podemos fazer a comparação do nosso corpo, da saúde do nosso corpo, com os rios. Os rios adoecem e morrem. Fazendo isso, a gente talvez consiga entender a importância das águas.

É importante dizer que a Embasa não faz a gestão das águas. Essa gestão, em nível estadual, é feita pelo Instituto de Gestão das Águas e do Clima, cujo superintendente está aqui, conosco, Júlio Rocha.

A Embasa é uma parte importante na manutenção da qualidade de água, porque cuida do saneamento. Então, a gente cuida do abastecimento humano. Captamos a água nos rios, e dependemos do manancial ter boa qualidade para fazer isso. Tratamos essa água e a distribuímos para as pessoas. E essa água, depois de usada, retorna para a natureza com uma qualidade pior do que quando a recebemos.

Nós precisamos tratar dessa água, que, apesar de ter virado esgoto, continua sendo água. É uma parte importante da gestão das águas, não precisamos utilizar a água com uma qualidade melhor para fazer funções que poderiam ser feitas com a água de qualidade pior. Então, é preciso promover o reúso das águas. Principalmente onde há escassez, como no Semi-árido, o que foi tão bem exposto aqui pelas palavras do nosso colega. A integração da gestão das águas, do meio ambiente, do saneamento, da saúde é o desafio que nós todos temos.

A política das águas, que foi implantada com a lei federal nº 9.433, de 1997, nasceu com a proposta extremamente democrática, uma proposta de participação popular na gestão das águas, que deve ser feita através dos comitês de bacias hidrográficas. Isso a gente vem implantando, e temos o desafio de implantar cada vez mais, de abrir e incentivar a participação popular nesses comitês, para que possamos ter mais e mais pessoas atuando na gestão das águas.

O poder público sozinho jamais vai poder fazer chegar às pontas as políticas públicas se a sociedade não estiver apoiando, abraçando essas causas, se ela não entender isso como legítimas.

O grande desafio da Embasa, qual é? Hoje, os maiores poluidores das águas são os esgotos domésticos que a elas são lançados sem tratamento. Nós temos um déficit no Brasil de quase 70% de tratamento de esgoto. A coleta é um pouco melhor, mas o tratamento é de 70%. O nosso grande desafio é fazer a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Um desafio que representa um investimento anual de R\$ 11 bilhões no espaço de 20 anos. Isso a gente não faz só, a empresa não faz só, e as prefeituras que fazem a gestão do saneamento no seu território também não vão conseguir fazer. É preciso que toda a sociedade se junte neste esforço.

Nós temos um desafio: até dezembro de 2010, os planos municipais de saneamento em todos os municípios terão de estar prontos. A gente mal começou essa tarefa envolvendo todo o território do município. E a partir daí serão estabelecidas metas para universalização que os prestadores de serviços terão que cumprir. A

elaboração desses planos, assim como os planos estadual e nacional de saneamento, tem de ter a participação da sociedade para que consigamos trazer a essa parte importante da gestão das águas os recursos necessários para este grande desafio.

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr. Júlio, pela participação. É importante lembrar que esta sessão está sendo transmitida ao vivo para toda a Bahia através da *TV Assembleia* e também que eu estou com o compromisso de depois pedir à Assembleia Legislativa o CD desta sessão para enviá-lo a todas as organizações que registraram a sua presença aqui, porque este evento servirá de lição para muitos e muitos com quem nós trabalhamos no dia a dia.

Nós queremos fazer um revezamento entre o poder público e a sociedade civil, chamando agora a representante da ASA, a companheira Cleusa. Depois teremos mais a Cerb e o INCRA.

Com a palavra Cleusa, da Cáritas, mas representando a ASA, Articulação do Semiárido da Bahia.

A Sr^a CLEUSA:- Queria então saudar a querida Fátima Nunes, a todos os deputados e deputadas desta Casa e dizer que no dia 22 de março de 2002 a ONU estabeleceu a Década da Água num esforço para reverter o progressivo quadro traumático da eliminação e deterioração da qualidade das águas planetárias.

Agregada a essa agenda estava a luta contra a privatização e mercantilização da água. Isso nos chama a atenção para o fato de que estamos vivendo uma profunda crise de civilização. Este modo de organizar o mundo, baseado na sistemática exploração dos seres humanos e dos recursos naturais, não tem mais sustentação.

Há 10 anos, a Cáritas brasileira e as entidades parceiras realizam a mobilização da Semana da Água, entre os dias 15 e 22 de março. E este ano o tema central é a necessidade cada vez mais urgente da organização dos homens e das mulheres na defesa dum modelo de desenvolvimento que seja sustentável e solidário, o qual não se reduz ao aspecto econômico pois inclui as dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais e produtivas, com a participação ativa da sociedade.

Neste ano de 2009, a ASA, Articulação do Semiárido, completa 10 anos. E vamos fazer uma grande festa em novembro lá em Juazeiro reunindo as delegações, cerca de 500 a 600 pessoas que vêm de todo o Semiárido. Nós celebraremos no município os 10 anos da ASA com a realização do 7º EnconASA, e desde já estendemos o convite a todas as entidades, inclusive esta Casa, para participação nesse nosso evento.

Ao longo desta década, as entidades que compõem a ASA vêm trabalhando num processo permanente de mobilização e formação para a convivência com o Semiárido. E dentro desse processo a ASA apostou nos sistemas de captação de água de chuva para o consumo humano e produção de alimentos, como mostrou aqui Moacir em sua exposição. É baseada nesses princípios que a ASA trabalha. Temos um enfoque especial na população difusa do Semiárido, porque entendemos que para essas pessoas dificilmente chegam os sistemas integrados de abastecimento. Então esse é o enfoque da ASA. Na nossa compreensão ainda existem muitos desafios, e um dos grandes que

percebemos é o abastecimento de água para os pequenos aglomerados e as cidades de pequeno porte do Semiárido. Mas, para isso, o Atlas do Nordeste, publicado pela Agência Nacional de Águas, já apontou há algum tempo as soluções. Só para a Bahia estão previstas mais de 200 pequenas adutoras. O diagnóstico está feito. Está faltando, portanto, a decisão política para priorizar a implementação desses sistemas, que, acreditamos, são viáveis, de baixo custo e resolvem o problema da população urbana do Semiárido, dentro desse princípio da descentralização, que Moacir já havia mencionado.

Hoje, a ASA tem cerca de 250 mil cisternas com água para o consumo humano construídas dentro do Programa Um Milhão de Cisternas. Isso dentro do Semiárido brasileiro.

Aqui na Bahia, a ASA tem uma parceria com a Sedes. Se somadas as cisternas contratadas com as já construídas – embora o vídeo falasse de 20 mil –, são 30 mil. O que não é pouca coisa. É um salto significativo que o Programa Água para Todos dá. E, além das cisternas de água para o consumo humano, já temos um grande número de cisternas calçadão, barragens subterrâneas e tanques de pedra recuperados, que estão devolvendo a muitas famílias do Semiárido a alegria de viver naquela região, com produção garantida e segurança alimentar.

Nesta presente ocasião a ASA-BAHIA quer fazer um apelo a esta Casa, porque estamos correndo um sério risco de não atingir as metas do Programa Água para Todos. Desde o início da gestão, este governo buscou construir com a sociedade civil as bases do desenvolvimento desse programa. Depois de muitos acordos e de construções coletivas, convênios foram celebrados com algumas organizações, e outras foram identificadas e qualificadas pela ASA para a celebração de novos convênios.

Entretanto a situação é preocupante!

Desde o início das ações, identificamos um problema: a permanência dos projetos nos trâmites da Procuradoria Geral do Estado. Há projetos que tramitam até 5 meses, sendo que, às vezes, um simples aditivo de prazo demora 2 meses para ser analisado.

Esse excesso da burocracia estatal impede o desenvolvimento desse programa. Há vontade política de desenvolver e de cumprir as metas, mas a burocracia estatal muitas vezes impede que isso aconteça. Estamos com muitas entidades paradas desde o final do ano porque temos intermitência de repasses, o que ocorre por conta dessa burocracia.

Desse modo, achamos que se torna necessária uma ação urgente no sentido de abrir um diálogo com a Procuradoria. Até porque muitos projetos já foram analisados, aprovados e encaminhados, e os novos têm a mesma matriz e os mesmos componentes. Então não vemos razão para que alguns projetos sejam aprovados e outros não; ou seja, é dado um tratamento diferenciado a cada um.

Entendendo a importância estratégica do Programa Água para Todos, pois as entidades da ASA acreditam e assumem essa parceria nos municípios e nas suas microrregiões, gostaríamos de contar com o apoio desta Casa e com a força política que ela tem para estabelecermos os diálogos necessários. E assim possamos dirimir esses entraves para conseguir, de fato, levar água para o Semiárido baiano, garantindo o direito humano de acesso à água, fazendo com que esse direito seja respeitado e

garantido para a nossa população.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, companheira Cleuza.

Agora vamos passar a palavra ao superintendente do INCRA, o Sr. Luiz Gugê, e, em seguida, ao diretor de obras da Cerb.

Peço que sejam breves por conta da hora avançada.

O Sr. LUIZ GUGÊ:- Bom-dia a todas.

Inicialmente, saúdo toda a Mesa na pessoa da nossa deputada Fátima Nunes. Ao parabenizá-la, deputada, quero dizer da importância desta sessão e agradecer pelo convite para o INCRA estar aqui presente.

Num primeiro momento, eu não pensava em falar, mas como nosso companheiro do IRPA nos citou eu achei por obrigação vir aqui falar um pouco do nosso trabalho no Estado da Bahia. Na Bahia, hoje, temos uma população sob o programa de reforma agrária de 450 projetos de assentamento, que envolvem algo em torno de 35 a 40 mil famílias, com as quais o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o INCRA atuam com suas políticas públicas e, dentro dessas políticas, nós queremos dizer que essa questão do meio ambiente, hoje, é uma programa e é uma determinação do ministério, uma determinação do INCRA para que nós, além de disponibilizarmos a questão hídrica, a água, para os assentados, nós cuidemos dos mananciais hídricos e do ambiente como um todo.

Para qualquer projeto de assentamento, hoje, que nós criamos, qualquer área que nós desapropriamos, é necessária a licença prévia, a licença de localização e a licença ambiental do projeto de assentamento. Para isso nós contamos com a parceria efetiva e importante do governo Wagner, com o qual firmamos um convênio de 84 milhões de reais nos próximos 4 anos. São 59 milhões de reais do governo federal e 35 milhões do governo do Estado e que visam à contratação de equipes técnicas multidisciplinares como forma de universalizarmos a assistência técnica social em todos os projetos de assentamento.

Essas equipes técnicas não vão atuar só na questão produtiva, mas sobretudo na questão ambiental, na saúde, na renda e em todos os aspectos em que possamos atuar nos assentamentos. Já pretendemos, agora no mês de junho, dar encaminhamento a isso, já estamos em fase de contratação desse pessoal. Uma parte dos recursos já foi repassada e repassaremos uma parte agora em junho. Por que eu disse isso? Porque a população com a qual o Ministério do Agrário e o INCRA atuam, temos tido esse cuidado de cuidar não só do aspecto produtivo, e pegando a fala do companheiro do IRPA, essas equipes farão justamente esse trabalho, porque é fato que o INCRA falha na condução e no acompanhamento dos seus projetos, falha essa que estamos corrigindo com essas contratações, mas é fato também que não há nenhuma camisa-de-força no sentido de que o projeto seja, ou de gado, ou de agricultura, não. A própria deputada sabe disso, porque ela acompanha projetos de assentamento, temos uma excelente relação com o INCRA, com a Pastoral Rural, com os projetos que ela acompanha, então, é feita uma discussão com a comunidade e a assistência técnica que a comunidade escolhe é que elabora e faz esse projeto de assentamento. Portanto, não

há nenhum direcionamento no INCRA no sentido de dizer que tem que ser agricultura, não é isso. Tem que ser justamente projetos que se adaptem ao meio em que eles vivem.

Para se ter uma ideia, inclusive, nós temos uma excelente parceria com o IRPA, com o qual contamos com um convênio e nós atendemos a 6 projetos de assentamento nos municípios de Remanso, Pindobaçu, Cansanção e Andorinha justamente para a capacitação e recuperação ambiental nos assentamentos e a capacitação e implantação de agroindústrias no processamento de frutas nativas, como o umbu. Então, essa preocupação existe no INCRA, existe em nossa gestão.

Com relação à parte de captação de água, eu queria apenas dar alguns dados. No ano passado, nós liberamos, no Estado da Bahia, quase 100 milhões de reais para crédito de implantação dos assentamentos. Já se encontram repassados algo em torno de 70 milhões, a outra parte está em Restos a Pagar e deveremos repassar agora. Desses 100 milhões, que são créditos para a construção de casas, crédito de apoio para aquisição de sementes, de implementos, 17 milhões foram empenhados e 13 milhões já se encontram nas contas para a construção de sistemas de abastecimento de água, quer dizer, cisternas rurais.

Hoje cada assentado que mora na região semiárida tem direito a um crédito para a construção de uma cisterna rural no valor de R\$ 1.500,00, valor esse que já foi corrigido este ano para R\$ 2.000,00. Então já estão nas contas dos assentados para construção, isso só em 2008 para ser executado em 2009, 8.798 famílias foram atendidas, já estão com esses recursos na conta. O restante para chegar a 13 mil famílias está em resto a pagar e estaremos liberando.

Então gostaria que a ASA computasse esses valores nos números de 1 milhão de cisternas, acho que temos que fazer essa parceria, dizer que estamos imbuídos no espírito de que nenhum assentamento da área rural do Semiárido que tenha prestado contas das suas aplicações, todos esses têm direito a uma cisterna. Quem de vocês souber de um que não tem pode reivindicar ao INCRA que eles terão direito ao recurso. É claro que nós orientamos em qual sentido: se é um assentamento de 200 famílias, R\$ 2.000,00 por família, se com esse valor tem condições de elaborar um projeto e fazer um sistema de abastecimento mais viável, vamos dizer assim, uma adutora, não há problema também, a área de engenharia do INCRA aprova o projeto e pode ser feito isso. Mas o importante é que esse recurso é uma política pública existente, não há nenhuma dificuldade com ele.

Além disso, fizemos no ano passado com a CAR uma parceria de R\$ 8.000.000,00 para construção de 42 sistemas de abastecimento em 42 projetos de assentamento e estamos trabalhando também fortemente na questão da licença ambiental. Este ano abrimos uma licitação, temos 53 projetos de assentamentos já contratados por uma empresa, não sei o nome da empresa que ganhou, se foi uma ONG, mas teve que ter licitação, era obrigatória, no valor de R\$ 1.500.000,00 para trabalhar licença ambiental e 53 projetos de assentamento.

Então com isso é só para dizer que o MDA, o INCRA, a orientação que temos é de cuidar do meio ambiente, e as nossas políticas visam não só a dar condição de permanência ao homem do campo mas também de preservação ambiental.

Muito obrigado a todos e parabéns deputada.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada superintendente do INCRA, Dr. Luiz Gugê. Agora passo a palavra ao Dr. Jorge Farias, que é diretor de operações da Cerb. Depois temos a fala do coordenador do Sindae.

O Sr. JORGE FARIAS:- Boa-tarde a todos; boa-tarde ao pessoal da Mesa, quero parabenizar a deputada Fátima Nunes por esta sessão de grande importância de um bem que todo mundo sabe que para mim é imensurável que é a água e falar um pouco aqui da atuação da Cerb em relação à água.

Como o deputado Álvaro Gomes disse, no início do governo Wagner nós detectamos que apenas 30% da comunidade da zona rural tinha acesso a água de qualidade. E dentro do Programa Água para Todos há um compromisso do governo do Estado em ampliar esse acesso a mais de 51, 52%.

A Cerb, dentro do Programa Água para Todos, é um órgão executor e até o momento já implantou na zona rural em torno de 56 sistemas convencionais, que são sistemas maiores, 567 sistemas simplificados de abastecimento de água, beneficiando 870 comunidades rurais, com investimento em torno de R\$ 81 milhões. Ela hoje tem previsto em andamento mais 137 sistemas de abastecimento de água na zona rural, porque o foco da Cerb é na zona rural, com um investimento previsto de 25 milhões e 900 mil, e estamos ainda a iniciar em torno de 350 sistemas de abastecimento de água.

Quando o nosso colega Moacir fez uma explanação sobre o Semiárido, em que ele disse que apenas uma pequena parte dessa região pode ser explorada, peço permissão aqui para discordar um pouco. Naquela região que ele apontou como improvável, na realidade, o que acontece são rochas cristalinas, em que a quantidade e a qualidade de água são um pouco inferiores. Mas, de qualquer maneira, você tem poços, hoje, com vazões acima de mil litros, que são utilizados através de sistemas simplificados, nos quais estamos colocando salinizadores, implantando sistemas com outras tecnologias que são: energia solar, eólica, até, às vezes, só com um conjunto de motobomba, usando óleo diesel, que estamos tentando diminuir. O que quero esclarecer aqui é que existe a possibilidade de utilização dessa água do Semiárido para o consumo humano, por ela ser de pouca quantidade e o investimento para a melhoria da qualidade é muito grande. A Cerb, neste governo de Jaques Wagner, já perfurou em torno de 1.030 poços, 60% dos quais estamos utilizando para abastecimento humano.

A nossa preocupação maior quanto a esses sistemas, e eu chamo a atenção dos órgãos públicos, é que a Cerb não é uma empresa que opera sistemas, ela constrói e repassa ou para prefeitura ou para associações. Hoje, dentro da lei de saneamento, ela repassa para a prefeitura, é a prefeitura que designa quem opera o sistema. Mas o que vemos ao longo desse tempo – eu que tenho uma determinada vida na Cerb, tenho 29 anos de serviço, comecei como estagiário –, é que a maioria desses sistemas é abandonada, não é cuidada pelos órgãos que deveriam cuidar.

Acho que temos de fazer um trabalho de conscientização com as prefeituras e as comunidades. Hoje, a Cerb, dentro da sua estrutura, já criou uma gerência social, onde está trabalhando todo o sistema que estamos implantando. Ela trabalha no pré-emprego com a comunidade e há outra divisão que trabalha com o pós-

empreendimento, para que esses sistemas sejam cuidados e não fiquem deteriorados como estamos constatando nesse período.

Muito obrigado pelo convite à Cerb. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, Jorge Farias. Mas agora passamos a palavra ao coordenador do Sindae. Antes, vamos assistir a um vídeo da Campanha Água Viva. O coordenador do Sindae é o Sr. Adilson Bonfim, que fará uso da palavra logo após o vídeo.

(Apresentação do vídeo.)

O Sr. ADILSON BONFIM DE AQUINO:- Boa tarde!

Quero parabenizar a deputada Fátima Nunes por esse evento, mais do que necessário nesse momento, para que a gente discuta toda a problemática da água; quero saudar também a toda a Mesa, a todos os presentes para essa discussão e dizer que a menina Maraísa, que estava cantando para a gente no início, nos fez lembrar – e a mim trouxe saudades – dos tempos dos festivais estudantis, durante os quais tínhamos grandes músicas, surgiram surgiam grandes artistas. Espero que nós retomemos o tempo passado, também na música.

Queria dizer que desde a existência e o reconhecimento do Sindae, em 1986, como sindicato, que temos essa preocupação. Primeiro, porque nós todos somos trabalhadores do saneamento, produzimos água potável e obrigados a consumi-la, porque morreremos se não a consumirmos. Então temos o orgulho e a alegria de dizer que trabalhamos com saúde, pois água é saúde.

A preocupação do Sindae nunca ficou só presa à questão salarial, de melhores salários, condições de trabalho, pois discutimos tudo aquilo que venha a trazer prejuízo à sociedade. Recentemente discutimos a questão do negro e o racismo nas empresas, fizemos um grande encontro das mulheres e, no dia 20, fizemos o Nono Grito da Água, que é um evento em que a gente vai às ruas, em companhia de toda a sociedade organizada, de todos os movimentos sociais, da Igreja, travar esse debate e chamar a atenção da população sobre a atual situação dos nossos rios e mananciais; dos Governos municipais, do governo estadual, governo federal sobre o cuidado com a água e a preocupação maior que eles têm ao discutir essa questão, que não é tão fácil de se resolver como muitos pensam, pois é uma questão não só de leis próprias mas também de uma ação política mais concreta nesse sentido. E o sindicato tem se posto sempre no viés, na vanguarda dessa discussão pela própria natureza dele, ou seja, por trabalhar diretamente com o produto.

O deputado Álvaro Gomes falava da privatização da água, que foi e continua sendo uma grande luta nossa nesta Casa. Os trabalhadores da Embasa, na época, tomaram assento aqui para discutir a privatização na época do saudoso deputado Paulo Jackson, que foi um dos fundadores do Sindae, seu coordenador por muito tempo e que tão brilhantemente conduziu não só a luta sindical mas também a luta partidária, a atuação parlamentar, jamais a gente pode esquecer da atuação dele.

Então, naquela época, conseguimos juntos com a sociedade organizada, com a igreja barrar o projeto de um dos maiores ditadores deste Estado - Deus já o levou e que o tenha em bom lugar - que era para privatizar a água. E conseguimos trabalhar,

conseguimos mobilizar a base, a sociedade, mudar o enfrentamento e saímos vitoriosos.

Mas preocupa-me, deputada Fátima Nunes, porque essa questão da privatização não está parada, ela não está acabada. Todas as vezes que, neste governo, a gente conversa com pessoas do governo, com alguns deputados, sobre um projeto de lei de privatização que ainda está nesta Casa, evidentemente são conversas preliminares. Há pouco instante foi falado pelo deputado Álvaro Gomes que está em vigor, mas a desculpa é sempre a de que o projeto estadual de lei nº 1.1127 estabelece a lei de saneamento e anula a privatização.

Nós, da direção do sindicato, discordamos radicalmente disso, haja vista que, se a lei existe, ela precisa ser revogada. E tomamos conhecimento de que foi feito um requerimento a esta Casa pelo deputado Bira Coroa pedindo que o presidente da Casa colocasse em discussão um projeto de autoria dele que revogava a lei, e a resposta foi justamente esta: a lei estadual de saneamento dificulta e inviabiliza qualquer tipo de privatização. Nós, particularmente, não acreditamos nisso.

Hoje, estamos num governo que, evidentemente, não está defendendo a privatização, isso é fato. Mas não sabemos qual será o governo que vem. Nada nesta vida é eterno, não é o governo que vai ser eterno, nem queremos isso. Mas é necessário que discutamos isso nesta Casa e é necessário que esse projeto venha ser discutido o mais breve possível para que a gente tenha pelo menos um mínimo de segurança e tranquilidade para trabalhar. Bem falou o nosso Júlio Rocha, que esteve em Istambul, também tivemos com representante lá, o nosso companheiro Pedro Romildo, que esteve presente, nos informou que, realmente, foi decretada a água como direito humano fundamental. Essa é uma luta também nossa, já se dizia isso desde 1986, e hoje a Conferência Mundial das Águas diz isso em Istambul.

Pasmem vocês, os representantes do governo que lá estiveram não assinaram essa declaração, o Brasil não assinou essa declaração, o presidente da ANA não assinou essa declaração, não se colocou a favor da declaração. Em informação do companheiro que esteve lá, nos dá conta de que o próprio Banco Mundial faz defesas de que os projetos das PPP's têm que aumentar no País. Sabemos que as PPP's são privatizações sim, todas elas têm um julgo privatista, são concessões que são dadas e quem vai geralmente operar os sistemas, muitas vezes construídos por quem vai dirigir, geralmente são eles próprios que receberão as concessões. E olhem vocês que, hoje, em média de 8 a 10%, as concessões de água estão na mão do capital privado. E o Banco Mundial está defendendo que até 2015 eles querem ampliar para 30%, e nós estamos chamando a atenção.

Para concluir, quero dizer que, na quarta-feira, nós estivemos na Ilha de Itaparica fazendo o primeiro litro da água de Itaparica, e nós tivemos o prazer de conhecer a alegria que é o Rio Tititi, lá em Coroa, alegria e tristeza ao mesmo tempo, alegria pelo rio ainda existir e a tristeza pelo rio estar totalmente poluído, e a população é quem está tomando as iniciativas de despoluir o rio, porque os governos municipal e estadual não apresentaram, pelo menos até agora, nenhum projeto à disposição daquele rio, que é fonte de vida para muita gente lá.

E o Júlio Rocha falava dos milhões das verbas que são destinadas à recuperação das nossas matas e dos nossos mananciais, e eu vou falar, mais uma vez, o que eu falei

na Câmara dos Vereadores, no dia 20, na audiência, que a Bacia do Cobre, aqui pertinho, não é preciso ir muito longe, nós sabemos que no interior a situação está bem pior, mas a nossa Bacia do Cobre está aqui sendo cada vez mais abandonada, cada vez mais sem nenhuma ação do governo do Estado, no sentido concreto, para viabilizar aquela fonte, aquele rio que está lá sendo poluído, recebendo esgoto humano e químico, porque a BA-528 está sendo invadida por empresa de ônibus, e sabemos no que vai dar isso.

Por último, quero chamar a atenção de todos vocês que estão aqui para uma discussão que teremos que travar em todos os municípios, inclusive aqui em Salvador, que são as leis municipais de saneamento. Nós, do Sindae, estamos querendo discutir com vocês, e esta Casa também tem uma inserção muito grande nesse processo, porque cada deputado, ou na sua maioria, vem de um município do interior e é preciso fomentar essa discussão lá.

Nós, do Sindae, queremos leis municipais de saneamento discutidas com a participação de todos vocês, de toda a sociedade. Nós não queremos uma lei vinda de cima para baixo, mas uma lei onde a sociedade organizada esteja discutindo, a igreja esteja discutindo e nós, da direção do Sindicato, também inseridos na discussão, porque temos grandes contribuições para dar e temos provado, ao longo desses 22 anos de sindicato, que temos ajudado e muito na construção desse Estado. Então, não vamos aceitar que nenhuma lei municipal seja colocada.

Existe uma divergência muito grande aí com o governo do Estado que quer leis regionais, nós queremos leis municipais, queremos a discussão em nível municipal, porque entendemos que ela será melhor aplicada, melhor fiscalizada, e queremos moradores da sociedade organizada não só discutindo, mas fiscalizando e ajudando também na operacionalização da lei.

Então, o tempo é curto, mas queremos agradecer em nome da direção do Sindicato, em nome dos trabalhadores de água e esgoto de todo esse Estado e dizer que estaremos presentes todas as vezes que formos convidados a colocar a nossa opinião, a nossa visão sobre a questão do saneamento no Estado da Bahia não só em nível de capital, mas em nível de todos os municípios desse Estado, porque entendemos que água é vida e como vida é saúde, como saúde é dever do Estado e é um direito de cada um de nós.

Quero encerrar dando um grito de Maraísa: a natureza grita, salve o planeta!

Essa é a nossa missão, salvar esse planeta.

Muito obrigado e vamos à luta. (Palmas).

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigada, companheiro Adilson.

Vamos registrar as presenças de Ricardo Gray Lemos, chefe do gabinete da CBPM; Lourânia Soares de Souza, bióloga da Advocacia Geral da União; José Salomão, da ASA, de Adustina; Lúcio, da EBDA de Adustina; Alexandre, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Entre Rios; e Antônio Enilson, que também está conosco, outra pessoa importante, coordenador da Associação do Movimento Paulo Jackson.

Queria também reparar um erro que cometi ao anunciar o Sr. Jocimário Costa. Na verdade, ele é assessor do vereador Professor Miguel, de Alagoinhas.

Muito obrigada pela participação.

Agora, vou convidar a Sr^a Eliete Paraguaçu para fazer uso da palavra. Depois de Eliete, o último orador inscrito é o Padre Osvaldino, que também representa o Movimento Paulo Jackson e é da Comissão do Meio Ambiente do Oeste e Sudoeste Baiano.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra a Sr^a Eliete Paraguaçu.

A Sr^a ELIETE PARAGUAÇU:- Boa-tarde a todos e a todas. Sou Eliete Paraguaçu e estou aqui representando o movimento dos pescadores do Estado da Bahia.

É mesmo uma ansiedade quando se trata da água. Para mim, é um momento de satisfação e de angústia. Quando se trata da água, para mim é muito importante. Tratar da água nesse momento de conflitos que estão vivendo os pescadores é muito importante, porque todo mundo depende da água, e o governo, em si, não tem um olhar especial.

Fico um pouco preocupada quando se fala da água e não se inclui as pessoas que precisam dela também. Por exemplo, o povo ribeirinho, o povo pescador, o povo quilombola. Eles dependem da água o dia todo, dali tiram o sustento de vida, ali eles têm sua cultura que, na realidade, está sendo destruída, pois o governo não está tendo respeito algum.

Eu moro em Ilha de Maré e o Porto de Aratu, para a gente, é um conflito muito grande, e vai ser, agora, ampliado. Que governo é esse que diz que tem que respeitar, que fazer, que acontecer? Na realidade, amplia e acaba assassinando as nossas origens, a nossa cultura, o nosso povo.

Em Ilha de Maré moram, no máximo, 8 mil pessoas. E para onde vão essas 8 mil pessoas, que vivem da pesca, porque os pescados já estão contaminados? Uma Faculdade da UFBA fez uma pesquisa lá e viu que as crianças da Ilha de Maré estão contaminadas com fungos, cádmio e mercúrio. A gente sabe que o causador é o Porto de Aratu, e esse porto está sendo ampliado. É uma preocupação muito grande para a gente.

Esse é o momento de estarmos falando e mostrando que não é bem esse o caminho que a gente quer. A gente quer um caminho de respeito.

Outra questão é o Polo Naval em Maragogipe, que, se não me engano, é o segundo maior Polo Naval do Brasil ou do Estado da Bahia, não sei. Mas sei que fica numa área extrativista, que os pescadores quilombolas vivem da área. Aí, vão tomar o mar, mas para onde vai esse pessoal que depende das águas?

Na Ilha de Cajaíba, aqui perto, em São Francisco do Conde, vai ser instalado um grande *resort* numa área em que 60% é manguezal. Agora vem esse povo de fora tomar o espaço que é nosso, e para onde vão esses pescadores, que vivem da água, que dependem dela para a sobrevivência, que lá é empregado e passa o dia todo trabalhando?

Eu digo assim, cuidar do meio ambiente é uma política ecologicamente correta. Mas cadê cuidar do meio ambiente? Ao contrário, instalam esse tipo de empresa que vem assassinando as nossas origens, a nossa vida? Porque dali vem a nossa sobrevivência, o sustento de vida. E tudo isso para onde é que vai? Para onde é que vai esse governo, querendo arrastar, querendo assassinar esse povo?

É só um desabafo.

Queria parabenizar todos vocês por essa iniciativa de falar da água. E assim, é o momento de estarmos nos levantando, questionando a forma que o governo está trabalhando. O governo não está tendo nenhum olhar especial com a água, na realidade, está olhando para as grandes empresas e não para as pessoas, para a população que depende dela.

Desculpe-me, obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada pela sua participação e contribuição. Quero registrar a presença de Waldir Sampaio Beltrão, presidente da Associação dos Direitos Humanos de Canavieiras, também dos alunos da Escola Teodoro Sampaio e Cesário Casales, do bairro Pirajá. Registrar a presença do Dr. Jairo Monteiro, que é vice-prefeito de Ribeira do Pombal, e do companheiro do DNOCS, do setor de irrigação, Wilson, mas que popularmente chamamos de Itim.

Temos dois oradores inscritos, estava aqui na Mesa e me olvidei um pouquinho, é o Almacks, o coordenador adjunto do Fórum Nacional das Bacias Hidrográficas, que já foi citado inclusive quando o Dr. Júlio Rocha falou, mas ele tem a palavra aqui. E também falará o Padre Osvaldino, conforme havia anunciado.

Vou pedir mais um pouco de paciência para encerramos para ouvir esses dois oradores.

Com a palavra o Padre Osvaldino, e depois encerrará com chave de ouro o socioambientalista Almacks Luís.

O Sr. OSVALDINO ALVES BARBOSA:- Senhoras e senhores uma boa-tarde para todos. Sr^a Deputada Fátima Nunes, quero agradecer imensamente a oportunidade de ter vindo de Caetité pela primeira vez para conhecer a Assembleia Legislativa da Bahia e poder usar da palavra. Claro, que a água é um elemento tão vital que assume nas diversas manifestações antropológicas da humanidade valor simbólico, haja vista o uso nos ritos de iniciação não só do Cristianismo mas do Judaísmo e de outras religiões, as abluções, e não é por acaso que as pessoas sacralizam as nascentes, os rios, as fontes, porque a água tem um poder de vida, divino, portanto.

Fala-se que em 2025 de cada três pessoas, duas terão grandes dificuldades de acesso à água. Não consigo entender como é que uma civilização que usa cada vez da água em diversos aspectos, desde a geração de energia, a produção de alimentos, as irrigações e o consumo humano e dos animais, esteja exatamente poluindo as fontes, matando as nascentes.

Fico querendo entender: a água está migrando. Parece-me que essa seria a expressão correta. Ela continua existindo na mesma quantidade, mas precisa ter meios naturais propícios para que ela continue existindo ali. Mas se há o desmatamento, a poluição e o tudo é a mesma coisa, não dá para preservar a água sem preservar as árvores, a vida humana, enfim, as condições naturais para que ela exista, ela é então evaporada e desaba em outros lugares em situação desproporcional.

Mas é a ideia de desenvolvimento que me parece que não tem muito futuro. E queria trazer o grito de Caetité. Nós lá em Caetité vivenciamos duas realidades, de um lado no distrito de Maniaçu temos a mineradora de urânio, do outro lado no distrito de Brejinho, temos em processo de implantação a BML, uma mineradora de ferro, a

chamada pedra de ferro. Dia 17 deste mês fomos numa equipe da Comissão Territorial do Meio Ambiente e a CPT visitar as famílias da região de Brejinhos, as comunidades do entorno onde será implantada a mina de ferro. Havia uma barroca. 200 famílias que consumiam a água para providência humana de uma nascente que a BML, antes de implantar a mineradora de ferro, perfurou um poço artesiano exatamente onde surgia a nascente e a água que descia depois de protegida com a barragem, descia por pressão através de um cano, a água secou. A empresa está com o poço ligado o dia inteiro, são 70 mil litros de vazão, e as 200 famílias da parte de baixo ficaram sem água.

Essas mesmas famílias, várias delas, provavelmente terão dentro das suas terras um duto que virá do rio São Francisco, gostaria que o deputado Pedro Alcântara estivesse aqui para ouvir isso porque ele fez a defesa do rio. Fiquei muito triste porque não vi nenhum deputado que tem como base política a nossa região. Essas famílias irão ver a água do rio São Francisco num duto, provavelmente escutarão o barulhinho se abaixarem a cabeça perto do duto, indo para a futura mina que já deverá estar em função em 2011, enquanto as pessoas estarão passando sede, porque já estão passando sede.

Naquele dia 17, eu fiquei assustado porque várias mulheres chegaram bem mais tarde à reunião dizendo: nós amanhecemos o dia sem saber onde ir buscar um balde de água para colocarmos no filtro para matar a sede dos nossos filhos.

Espero que a Assembleia Legislativa da Bahia não deixe vir um duto para a mineração do ferro sem antes vir um duto para o consumo de 300 mil pessoas dos municípios dentro da barranca: Malhada do São Francisco, Iuiu, Monte Alto, Matina, Guanambi, Candiba que é minha terra natal, Caetité, aquela região toda. São 300 mil habitantes com grandes dificuldades de água para o consumo humano. Seria uma coisa terrível ver a água vir, até uma afronta à Constituição brasileira, porque a água tem prioridade para o consumo humano, depois para a indústria. Estamos levantando a bandeira: primeiro a água para o consumo humano, depois que tivermos a garantia dessa água, aí sim, podem fazer o duto para a mineração de ferro.

Claro que já existem 2 projetos: um da Codevasf e outro da própria Embasa, mas o nosso medo é que esses 2 projetos, não sabemos como estão os estudos, como está a situação, eles venham trazer esperança e podem um pouco diminuir a vigilância da população e quando a gente menos pensar o duto estará chegando com água para a mineração do ferro e não estará chegando para o consumo humano.

De outro lado, há a mina de urânio. No dia 18 deste mês, estivemos na comunidade de Juazeiro onde há 3 poços lacrados, um que a própria NB lacrou devido o alto teor de urânio na água. E quando estivemos reunidos na comunidade depois do relatório Ciclo do Perigo, do *Greenpeace*, naquela comunidade com várias pessoas, perguntamos: não há um poço lacrado aqui por vocês da NB? Alguém da NB levantou e disse: tem, nós lacramos logo depois que foi perfurado. Várias pessoas que estavam na reunião ficaram de pé e disseram: Padre, usamos da água 4 meses, só depois que o poço foi lacrado.

Na cidade de Caetité, não tem água contaminada por urânio, a bacia hidrográfica é outra. De Caetité cidade, até a mina de urânio são 40 quilômetros, mas nas comunidades vizinhas a NB tem poços com água contaminada por urânio. Tem um que a própria NB lacrou 4 meses depois de uso. Encontramos, no dia 18, uma senhora em crise psicológica que disse: banhei o meu filho recém-nascido naquela água.

Este poço está na margem do Riacho da Vaca. Mesmo não sendo usado, no período da chuva ele transborda e a água vai para o Riacho da Vaca que é afluente do rio do Antônio, que é afluente do rio Brumado, que é afluente de Contas. Então Lagoa Real, Rio do Antônio e Brumado abaixo, se essa água estiver realmente contaminada, está desaguando nos rios maiores, ainda.

Houve uma última análise no final de janeiro, do InGá, nós só tivemos conhecimento do relatório da análise através da internet. Lá dizia: dos pontos coletadas água, dos poços ou de fontes das comunidades próximas à INB, nenhum deu contaminação de alto teor de urânio na água. Mas aquele que o Ingá tinha mandado lacrar, depois da denúncia do Greenpeace, o próprio Ingá provou que estava contaminado, daquele não foi coletada a água porque o proprietário não permitiu. Ora, isso dá para preocupar.

Resultado: essa análise não chegou pelo menos na Rádio Educadora nem nas comunidades que estão afetadas. Foi divulgado do jeito que a INB quis, dizendo que já sabia que não tinha água contaminada lá. Interessante, ninguém afirmou, porque não temos conhecimento disso. É preciso que as instituições ligadas ao governo pesquisem se a água contaminada por urânio é devido à mineração ou se é por fendas naturais de urânio. Seja como for, alguém tem que dizer se aquela água pode ou não ser consumida. A água não é tratada.

Quando aparece uma análise que diz que deu alto teor de urânio, mais do que o permitido pela Organização Mundial de Saúde e pelo Conama, a INB diz: é por fendas naturais, é urânio natural. Quando diz que não deu água contaminada, coloca carro de som na cidade inteira, na zona rural dizendo que não tem água contaminada. Ficamos preocupados com o porquê dessa reação. E ainda que não tenha água contaminada, existe uma disputa entre a população e a NB por causa da água. Várias famílias que fizeram comodato autorizando a empresa a perfurar poços artesianos para usar parte da água na mina, porque precisa de muita água, elas querem voltar, desfazer o acordo, mas não estão conseguindo. Uma senhora de 75 anos, dona Altímia, chorando, disse: “Quando não chegou a água da rede que leva água a minha casa, eu tomei de uma vizinha 3 litros de água e usei esses 3 litros em 3 dias.” Ela usava 1 litro de água por dia, só na hora de tomar o remédio porque não tinha outra água.

Ali tem o conflito de água, tem o problema de monitoramento. Houve uma audiência pública no dia 7 de novembro do ano passado que tratou dessa problemática. Nada do que foi determinado está sendo cumprido. Falaram de um mapeamento hidrogeológico daquela região toda, trouxeram grandes esperanças. Deveriam ter o controle da saúde da população, que é inclusive uma das condições do Ibama para minerar urânio, há 8 anos a empresa Mineral Urânio ainda não fez o controle epidemiológico da população que mora no entorno. As pessoas vivem com medo, vivem inseguras, e a água para o consumo humano não tem prioridade, mas, sim, para a mineração de urânio. Com as poucas chuvas que houve este ano na região, como é que vai continuar? Inclusive um poço artesiano que foi perfurado para sustentar o consumo humano de uma comunidade, agora o terreno foi comprado do dono pela NB e já está transferindo a água para a Mineral Urânio.

Se vocês quiserem maiores informações, o relatório da comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal dos Deputados, de 2007, traz uma lista de

descumprimentos da lei ambiental e trabalhista, inclusive de transbordamento das piscinas de Rejeito e de rompimento das mantas de contenção de licor de urânio que vazaram na terra, no subsolo. A situação é muito grave.

Queria terminar a minha fala deixando isto como um grito: Peço à presidenta desta sessão que - quem sabe - com os outros deputados se possível, junto ao presidente desta Casa formar uma comissão para nos visitar, para ver nossa realidade. E quanto ao Ingá o pedido é que envie técnicos, já que não tem água contaminada, nossa esperança, então, é que vá um técnico esclarecer à comunidade para tirar o medo, a insegurança com que as pessoas estão vivendo e deslacrar os poços que estão lacrados. Não tem água contaminada, então vamos liberar a água para que a população possa consumi-la e assumir a responsabilidade desse ato.

E a última coisa a dizer é que, se há um projeto de ampliação do programa nuclear brasileiro, inclusive com a possibilidade de construção de usinas nucleares também no Nordeste, talvez um consórcio entre a Bahia e Pernambuco, a única mina de urânio em exploração no momento é a de Caetité, são 400 toneladas por ano, vai ter que multiplicar, já tem um pedido de autorização para 800 toneladas. Onde é que vai colocar tanto rejeito? A situação vai complicar, vai precisar de mais água. A situação é muito grave.

Eu fico triste porque até agora nem na mídia, nos jornais não vi pronunciamento algum, de nenhum deputado da Bahia sobre esta realidade.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Padre Osvaldino. O seu grito no dia de hoje será ouvido, porque levarei ao presidente, aos órgãos que tiveram aqui presentes um documento formatando as propostas e as preocupações. Certamente, apresentarei na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a solicitação para que a gente possa fazer uma visita, aliás, não uma visita para as conversas, mas também para o adiantamento das ações conforme a própria comunidade já vem propondo.

Muito obrigada pela sua contribuição.

Eu disse que o último orador é Almacks. Eu não sei se o nosso representante da prefeita de Lauro de Freitas também deseja fazer uso da palavra, porque está aqui este tempo inteiro com muita atenção. E eu fico muito feliz. Leve à nossa prefeita os meus cumprimentos e os meus agradecimentos.

Quero registrar a presença de Sebastião, representante da EBDA de Paripiranga e Edson, representante EBDA de Heliópolis. Vejo que a EBDA se preocupou com o tema. Foram vários os representantes, isso é muito importante porque são aqueles e aquelas, quer dizer, são poucas as técnicas, mas, no dia a dia, visitam os produtores, trabalham com agricultura familiar, pensam e lidam com aqueles que tendem a consumir os herbicidas e os agrotóxicos. Portanto, são especialistas que têm toda a tarefa e toda a responsabilidade no trato desta questão.

Quero registrar e, ao mesmo tempo, saudar o nosso companheiro Manoel Batista da Associação de Desenvolvimento Rural da Quixabeira no município de Adustina e o nosso professor Jadson Luiz dos Santos, escritor, filósofo e bacharel em direito na Faculdade Maurício de Nassau, que também representa os estudantes de direito daquela

faculdade.

Muito obrigada pelas presenças.

O representante de Moema é o Vidigal Cafezeiro. A nossa secretária, às vezes, escreve uma letra que eu não compreendo muito, mas está bem legível.

Muito obrigada pela presença de todos e todas.

Com a palavra o Sr. Almacks Luiz Silva

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Passo a palavra o Sr. Almacks Luiz Silva, coordenador adjunto do Fórum Nacional das Bacias Hidrográficas.

O Sr. ALMACKS LUIZ SILVA:- Boa-tarde, deputada Fátima Nunes, presidente desta sessão especial em comemoração do Dia Nacional das Águas instituído em 1993 pela ONU e, em especial, quero saudar toda a Mesa.

Porém, eu queria fazer uma saudação, vamos dizer assim, póstuma ao deputado Paulo Jackson que, naqueles embates, talvez não se sentasse à Mesa para tomar água de coco. Então, eu queria me solidarizar com vocês que, nesta hora, façamos este brinde a Paulo Jackson tomando a água que ele defendeu que é a água da Embasa. (Muitas palmas)

A história da água no Brasil, recentemente escrita, começou em 1938 quando uma lei federal estabelecia e dava determinação ao Ministério de Agricultura para que a água fosse dentro daquele ministério. Em 1988, na Constituinte, pessoas que pensavam o mundo, pessoas que pensavam a natureza, não a água como commodity, porque a agricultura é um dos maiores impactantes do meio ambiente. Então, em 1988, em seu art. 225, a Constituição já traz a (inaudível) chamando muito a atenção à nossa responsabilidade pela água e a responsabilidade de deixarmos para os nossos herdeiros esta mesma qualidade boa – se recebemos dos nossos – e melhor para a posteridade.

Depois, em 1997, cria-se a lei de nº 9.433 derivada da lei francesa que é chamada de lei das águas. Aconteceu uma coisa bem importante neste período aí que, em 1995, dois anos antes da criação da lei das águas no Brasil, a Bahia publica a lei de nº 6.866, antecipando-se à lei federal. Mas, enquanto a lei federal dizia que toda a política dos recursos hídricos era o Comitê de Bacia, que era o núcleo, o centro da discussão, a Lei 6866, que a Bahia tinha promulgado, não instituíam os Comitês de Bacia. Ficamos sem esses comitês nessa década, e, apesar de ousar na antecipação da lei e sendo um baiano, na época, o relator da Lei 9433, que foi o Haroldo Cedraz, passamos despercebidos, nessa era, praticamente 10 anos da instituição da Lei 9433, porque a Bahia não tinha comitês.

Isso ficou registrado, porque, como já foi dito aqui, éramos governados por um sistema autoritarista, conhecido por coronelismo. E enquanto a Lei 9433 estabelecia o Comitê de Bacia como polo de discussão composto pelas entidades governo federal, estadual, municipal, os usuários da água e a sociedade civil viam que, se deixassem o comitê gerir, fazer a gestão da água, porque a lei dizia que a gestão tinha ser descentralizada e participativa, saía do seu poder o trabalho, que é isso que Gogó diz na CPT, ou seja, que o problema do Semiárido não é a seca, mas, sim, a cerca. E água é poder. E naquela época não queriam abrir, não construíram o comitê, e apenas em 2006, ao apagar das luzes, sai outro decreto criando mais três comitês. Naquele período a Bahia tinha seis comitês, hoje já são dez dos 17 possíveis.

Júlio Rocha esqueceu ou citou ali que, lá em Istambul, anunciou que altera essa

RPGA-Região de Planejamento e Gestão das Águas, para 26. Mas altera também sem buscar os comitês, sem discutir com a base! É para sobrepor os territórios, identidade? Por que não 20, por que não 30, por que 26? Os Comitês de Bacias esperam essa discussão para que possamos avançar.

Afinal, perguntamos: da estratégia da água, do tema da água, quem ganha e quem perde com o controle social? Sabemos que perderam muito, porque demoraram de abrir. Mas também abrir como está ocorrendo agora, não é o que os Comitês de Bacias querem. Não adianta o outro governo ter criado seis e, por não ter amparo na lei, os comitês não terem funcionado. Somos 10 e os Comitês de Bacias ainda continuam “rodando a cuia”, pedindo ajuda. Onde se reúne o Comitê de Bacia em Caetité? Onde se reúne o Comitê de Bacia em qualquer cidade da região em que você vive? Não temos sede, nem sequer um órgão – Cerb, Embasa, EBDA, CAR, para nos abrigar, nos sustentar. Não temos orçamento, CNPJ, e assim deve ser, mas temos que ter alguém por trás para nos fortificar.

Dez anos também, Júlio Rocha disse aqui, de Conerh-Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Dos 27 estados brasileiros, a Bahia e mais dois são os únicos em que o Comitê de Bacia não faz parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Está na Lei 9433 que a bacia é o ponto de gestão da água, por lei federal. Logo, precisamos e queremos avançar!

Deputada, sei que cinco minutos é pouco, quero concluir.

Prefiro ser assim, deixar essa interrogação para discutirmos depois. Mas havia outro ponto, deputada, que queria citar: o padre já começou muito bem, e muitas vezes aqui se falou muito de água, mas se fala apenas de água como falei sobre transformação de *commodities*...

Quero perguntar: e os grandes problemas de impactos hídricos na Bahia? Quero citar, por exemplo, a BahiaBio, programa lançado pela Seagri – Secretaria da Agricultura – diz que a Bahia terá 870 mil hectares irrigados, principalmente no Vale do São Francisco, para plantação dos “necrocombustíveis”, como chama frei Beto. De onde vem essa água, qual foi a secretaria que informou? Só para dar uma ideia, um trabalho da Índia diz: para se produzir cana irrigada hoje e amanhã tirar um litro de álcool para mandar ao estadunidense gastam-se 3.600 litros de água. E perguntamos: foi discutido com que comitê esse BahiaBio?

Quero também saber, o padre já tocou nesse assunto, sobre o mineroduto de Caitité, 400 quilômetros que a água do São Francisco vai recalcar a pasta de ferro para vir para o pedacinho de Mata Atlântica que tínhamos entre Ilhéus e Itacaré, e vai-se criar um porto como *offshore*, avançado, para levar essa pasta de ferro para as pessoas usarem lá fora. E o resíduo irá jogar onde? Está sendo discutido com quem, padre, lá na paróquia, esse projeto?

Transposição, ficamos alegres em ver um deputado citar a transposição. Por que não se fala no Projeto Salitre? Falaram? Quantas vezes o Júlio Rocha falou no Comitê do Salitre? Mas do Projeto Salitre, não pode falar. Projeto Salitre são 44 mil hectares também de terras irrigadas pelo PPC, entregando a propriedade para a administração das pessoas que queiram. Apenas 20%, com um lote de 5 hectares, serão para aquele povo que já foi expulso daquela terra, porque o rio não tem água.

Vocês ouviram falar dos problemas de conflito de terra em Paranapanema, em

São Paulo e, na nossa região, às margens do Salitre, já tivemos a primeira morte, não por terra, graças a Deus, ainda na Bahia, mas por água. Aqueles pessoas brigando por água, e estão até hoje. Mas há água para o grande projeto. Para a agricultura familiar, para a agricultura camponesa, para as pessoas organizadas pela via campesina, não existe.

Além do mais, diz o Projeto Salitre que vai procurar o leito natural do rio Salitre para ser o dreno de um projeto de 44 mil hectares. Vocês já imaginaram a quantidade de agressivos que vão ser jogados em 44 mil hectares de terra? Se falou aqui também no problema de Irecê, mas não se discute o Baixio de Irecê. Como o comitê pode ser um ente do Estado? Como o comitê pode ser o parceiro da Assembleia Legislativa, desses entes que nós queremos ser, que a lei 9.433 manda? E apenas só somos 160 comitês no Brasil.

Na Bahia, dos possíveis 17, que agora são possíveis 26, já temos 10 formados. Ficamos ainda preocupado por todas essas situações. Quando eu vinha lá das barrancas do rio seco, que é o Salitre, porque temos água, mas água represada dentro de fazendas de pessoas, sem outorga, sem estudo nenhum, sem descarga de fundo... É bom dizer que foi aprovado o projeto em que o Ingá passa a ter poder de polícia, mas a democratização das águas que o governador Jaques Wagner, junto conosco nos movimentos populares, disse que pediu e que faríamos, já há três anos e ainda não está acontecendo. Nós precisamos avançar.

Fiquei preocupadíssimo quando vinha pela estrada e, ouvindo uma rádio de Salvador, tinha um institucional, como vocês do governo chamam, um comercial, dizendo que o governo celebra mil poços, e o companheiro confirmou 1.033, e no comercial diz assim: “1.000 poços artesianos”. Eu tenho certeza, companheiro, de que são 1.000 poços, mas não são artesianos. Até o dinheiro público para nós fazermos um sistema hídrico da Bahia... Robson, diz que está sendo gravado, que esta fita vai para a Agecom.

Pois bem, esses estudantes que vêm para cá e os que podem ouvir pela *TV Assembleia* poderiam saber que há uma diferença muito grande entre poço artesiano e poço tubular. Então, até isso a gente tem que ter cuidado para trabalhar com água. A gente precisa ter parceiros.

E a você, Fátima – eu poderia chamá-la de “deputada das águas”, por ser essa sertaneja, essa pessoa combativa que veio da base, que tem o conhecimento –, quero dizer que está aqui a lei nº 8.194, de 2002, que cria o FERHBA – Fundo Estadual de Recursos Hídrico. Um fundo! Ela foi regulamentada pelo decreto 10.449, de 11 de setembro de 2007, porém revisada aqui em 20 de dezembro de 2006.

Ora, se no período político que passou tínhamos uma lei hídrica na Bahia, que era a 6.886, agora temos a lei nº 10.432, com a qual se regulamentou o FERHBA, que define todos esses recursos que agora começam a surgir com a cobrança da água da Bacia do São Francisco... Na verdade, são 105 cidades da Bahia que vão passar a ter. E nós queríamos entregar isso a você, “deputada das águas”, representando não todos os comitês da Bahia, porque não deu para fazer essa articulação, mas uma grande parte deles.

Que você peça – não sei como funcionam esses trâmites legais, se é o Ingá que manda a esta Casa ou se são vocês que buscam – uma nova regulamentação para esse

Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia... A sociedade, o povo que bebe a água da Embasa – não o povo que só bebe água de coco, não – quer saber quanto dinheiro entra, o que se vai arrecadar e para que bacia será destinado esse recurso, para assim tentarmos, vamos dizer assim, melhorar um pouco os encargos ambientais da Bahia.

Foi muito pouco tempo que me deram, mas obrigado a todos vocês. Quem sabe se, numa outra oportunidade, nós poderemos avançar muito mais para discutir os problemas políticos da água na Bahia.

Obrigado! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, companheiro Almacks. Nós, que também somos da religião católica, que lemos a Bíblia, temos uma mensagem: “Os últimos serão os primeiros”. E entre as tantas reivindicações que chegaram aqui à Mesa através dos pronunciamentos feitos pelos diversos movimentos sociais que participaram, sempre observamos dois grandes objetivos. Um, é o de garantir água, ou seja, a acessibilidade; e o outro é o cuidado, a preservação do meio ambiente. Realmente, teremos muitos desdobramentos desta sessão.

As Comissões de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, de Agricultura e outras, certamente vão convocar V.S^a, como representante do Comitê, para participar das reuniões. E também encaminharemos algumas audiências, digamos assim, mais concretas com os órgãos afins, como o Ingá, o IMA e, inclusive, com o nosso novo secretário do Planejamento, o deputado Walter Pinheiro. Até porque é ele quem tem a obrigação de planejar, de pensar esta Bahia para tempos futuros. Com certeza, não pensando sozinho, mas com os demais secretários e com os outros órgãos do Estado, buscando sempre a participação da sociedade civil organizada.

Por isso, pode ter certeza de que esse trabalho de hoje terá grandes desdobramentos, grandes tarefas a cumprir. Sabemos que a sessão especial é um momento de lançarem-se as questões, mostrar em que aspecto a situação está crítica e, ao mesmo tempo, apresentar sugestões para solucioná-las.

Quero saudar os nossos companheiros da EBDA, entre os quais Sérgio Ricardo Matias, que acaba de produzir um livro com mensagens importantes, mas, infelizmente, não poderei ler todas hoje. Possivelmente, quem sabe, preparemos um vídeo para ser apresentado nas comissões, e, certamente tudo isso terá grande proveito para a nossa sociedade.

Quero encerrar a sessão com uma oração doada, neste momento, pela Comissão Territorial de Meio Ambiente de Caetité (Ba), a qual reforça o grito de luta dela e louva ao nosso Criador pela água.

(Lê):- *“Bendito sejas, ó Deus Criador, pela água, criatura vossa, fonte de vida para a Terra e os seres que a povoam.*

Bendito sejas, ó Pai Onipotente, pelos rios e mares imensos, pela bênção das chuvas, pelas fontes refrescantes e pelas águas secretas do seio da terra.

Bendito sejas, ó Deus Salvador, pela água feita vinho em Caná, pela bacia do lava-pés e pela fonte regeneradora do Batismo.

Perdoai-nos, Senhor Misericordioso, pela contaminação das águas, pelo desperdício e pelo egoísmo que privam os irmãos desse bem tão necessário à vida.

Dai-nos, ó Espírito de Deus, um coração fraterno e solidário, para usarmos a água com sabedoria e prudência e para não deixar que ela falte a nenhuma de vossas criaturas.

Ó Cristo, Vós que também tivestes sede, ensinai-nos a dar de beber a quem tem sede.

E concedei-nos com fartura a água viva que brota de Vosso coração e jorra para a vida eterna.

Amém.”

(Palmas.)

Quero registrar que recebemos correspondências parabenizando-nos pela iniciativa e contendo pedidos de desculpas pelo não comparecimento à sessão em virtude de outros compromissos da Agência Nacional de Águas, do Vice-Governador do Estado da Bahia, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado da Bahia, da Universidade Estadual de Feira de Santana, da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, do Procon, do Superintendente do PROMO e do companheiro Idelfonso do Espírito Santo.

Não deixarei de convidá-los outra vez, porque sessões como esta se repetirão muitas vezes, até neste ano, em audiências menores tanto na Comissão de Recursos Humanos quanto na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Finalmente, em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas; das senhoras e dos senhores; de todos os movimentos sociais; dos três representantes do deputado Bassuma – Rosângela, Mara e Wilson –, pessoas comprometidas com a problemática da água; da imprensa, dos Srs. Deputados e das Sr^{as} Deputadas.

Quero deixar registrado ainda que às sextas-feiras é realmente mais difícil os deputados estarem na Casa. Mas não se preocupem, porque esta sessão, com o grito de todos, as reclamações, as críticas, as preocupações, chegará também a cada deputado, porque a nossa assessoria de imprensa vai buscar na *TV Assembleia* a cópia do vídeo e entregaremos um a um para que todos fiquem conscientes do assunto de que tratamos, da grandeza desse tema. Convidarei a todos para a próxima semana, na reunião da terça-feira, para que, com o conhecimento dos temas tratados aqui, possam estar formando conosco essa grande parceria em busca da água, que é vida para todos e da qual precisamos – água de qualidade agora e para gerações futuras.

Assim sendo, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigada. (Palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*